

PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU
EDITAL Nº 136/PMJ/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jaru
Superintendência de Licitações e Contratos

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando futura e eventual AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS CIRÚRGICOS, INCLUINDO PRODUTOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE VIDEOLAPAROSCOPIA E DEMAIS PROCEDIMENTOS ASSISTENCIAIS CORRELATOS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 2.051.863,60 (dois milhões, cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e três reais e sessenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 26/10/2026 às 09h10min. (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço por Item.

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
(X) Sim / () Não

EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS
() Sim / (X) Não

EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA
() Sim / (X) Não

LOCAL DA DISPUTA
Site: www.licitanet.com.br

Compõe este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - Termo de Referência
Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;
ANEXO III – Ata de Registro de Preço;
ANEXO IV – Termo de Compromisso;
ANEXO V – Modelo de declaração para ME e EPP; e
ANEXO VI - Modelo de Declaração Negativa de Relação Familiar ou Parentesco;

Sumário

1. DO OBJETO.....	
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	
6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE.....	
7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA.....	
8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA.....	
9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	
10. DO PAGAMENTO.....	
11. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS.....	
12. DA FASE DE JULGAMENTO.....	
13. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	
14. DOS RECURSOS.....	
15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	
16. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	
18. DO FORO.....	

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº136/PMJ/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10773/PMJ/2026
MENOR PREÇO POR ITEM****PREÂMBULO**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de **JARU/RO**, através do (a) Pregoeiro (a), designado pela Portaria nº 188, de 16 de abril de 2026, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, por meio do setor de Superintendência de Licitações e Contratos, sediado na Rua Raimundo Cantanhede, nº 1080 setor 02, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, formalizando em **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

CADASTRO DE PROPOSTAS INICIAIS:	Dia 13/10/2026, com início às 09h00min.
FIM DO CADASTRO DE PROPOSTAS:	Às 08h59min, do dia 26/10/2026.
ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS:	Dia 26/10/2026, com início às 09h00min.
INÍCIO DO PREGÃO:	Dia 26/10/2026, com início às 09h10min. (Horário de Brasília)

1. DO OBJETO

1.1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços visando a futura e eventual **AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS CIRÚRGICOS, INCLUINDO PRODUTOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE VIDEOLAPAROSCOPIA E DEMAIS PROCEDIMENTOS ASSISTENCIAIS CORRELATOS**, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.2. A licitação será realizada por **ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

TABELA DE PREÇOS MÉDIOS:

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	CLIQUE DE POLÍMERO TAMANHO: MEDIUM (M) - COR: AZUL PARA VASOS DE PROXIMADAMENTE 2MM A 7MM. (06 CLIPS POR BLISTER) EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK .	750,00	UND	143,16	107.370,00
2	CLIQUE DE POLÍMERO TAMANHO: MEDIUM (M) - COR: AZUL PARA VASOS DE PROXIMADAMENTE 2MM A 7MM. (06 CLIPS POR BLISTER) EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK . (cota do item 01, conforme Art.48 inciso III da Lei 123/2006).	250,00	UND	143,16	35.790,00
3	CLIQUE DE POLÍMERO TAMANHO: MEDIUM LARGE (ML) - COR: VERDE PARA VASOS DE APROXIMADAMENTE 7MM A 10,0MM. (06 CLIPS POR BLISTER) EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK .	750,00	UND	169,35	127.012,50
4	CLIQUE DE POLÍMERO TAMANHO: MEDIUM LARGE (ML) - COR: VERDE PARA VASOS DE APROXIMADAMENTE 7MM A 10,0MM. (06 CLIPS POR BLISTER) EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK . (cota do item 03, conforme Art.48 inciso III da Lei 123/2006).	250,00	UND	169,35	42.337,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
5	CLIQUE DE POLÍMERO TAMANHO: LARGE (L) - COR: ROXO PARA VASOS DE APROXIMADAMENTE 10,0MM A 13,0MM. (06 CLIPS POR BLISTER) EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK .	750,00	UND	181,46	136.095,00
6	CLIQUE DE POLÍMERO TAMANHO: LARGE (L) - COR: ROXO PARA VASOS DE APROXIMADAMENTE 10,0MM A 13,0MM. (06 CLIPS POR BLISTER) EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK . (cota do item 05, conforme Art.48 inciso III da Lei 123/2006).	250,00	UND	181,46	45.365,00
7	CLIQUE DE POLÍMERO TAMANHO: EXTRA LARGE (XL) - COR: DOURADO PARA VASOS DE APROXIMADAMENTE 13,0MM A 16,0MM.(06 CLIPS POR BLISTER) EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK .	750,00	UND	251,08	188.310,00
8	CLIQUE DE POLÍMERO TAMANHO: EXTRA LARGE (XL) - COR: DOURADO PARA VASOS DE APROXIMADAMENTE 13,0MM A 16,0MM.(06 CLIPS POR BLISTER) EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK . (cota do item 07, conforme Art.48 inciso III da Lei 123/2006).	250,00	UND	251,08	62.770,00
9	APLICADOR PARA CLIPES DE POLÍMERO TIPO HEM-O-LOK OU EQUIVALENTE/COMPATÍVEL, REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL DE GRAU CIRÚRGICO, AUTOCLAVÁVEL, COM MECANISMO DE TRAVAMENTO PRECISO E CABO ERGONÔMICO, DESTINADO À APLICAÇÃO SEGURA DE CLIPES DE LIGADURA EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COMPATÍVEL COM O TAMANHO DE CLIPE ESPECIFICADO (M) COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA. EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK	10,00	UND	3.024,33	30.243,30
10	APLICADOR PARA CLIPES DE POLÍMERO TIPO HEM-O-LOK OU EQUIVALENTE/COMPATÍVEL, REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL DE GRAU CIRÚRGICO, AUTOCLAVÁVEL, COM MECANISMO DE TRAVAMENTO PRECISO E CABO ERGONÔMICO, DESTINADO À APLICAÇÃO SEGURA DE CLIPES DE LIGADURA EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COMPATÍVEL COM O TAMANHO DE CLIPE ESPECIFICADO (ML) COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA. EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK	10,00	UND	3.168,04	31.680,40
11	APLICADOR PARA CLIPES DE POLÍMERO TIPO HEM-O-LOK OU EQUIVALENTE/COMPATÍVEL, REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL DE GRAU CIRÚRGICO, AUTOCLAVÁVEL, COM MECANISMO DE TRAVAMENTO PRECISO E CABO ERGONÔMICO, DESTINADO À APLICAÇÃO SEGURA DE CLIPES DE LIGADURA EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS.	10,00	UND	3.093,35	30.933,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	COMPATÍVEL COM O TAMANHO DE CLIPE ESPECIFICADO (L) COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA. EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK				
12	APLICADOR PARA CLIPES DE POLÍMERO TIPO HEM-O-LOK OU EQUIVALENTE/COMPATÍVEL, REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL DE GRAU CIRÚRGICO, AUTOCLAVÁVEL, COM MECANISMO DE TRAVAMENTO PRECISO E CABO ERGONÔMICO, DESTINADO À APLICAÇÃO SEGURA DE CLIPES DE LIGADURA EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COMPATÍVEL COM O TAMANHO DE CLIPE ESPECIFICADO (XL) COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA. EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK	10,00	UND	3.322,50	33.225,00
13	CLIP DE TITÂNIO PEQUENO (SMALL LT100), ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CARTUCHO COM 6 CLIPS.	1.000,00	UND	62,98	62.980,00
14	CLIP DE TITÂNIO MÉDIO (MEDIUM LT200), ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CARTUCHO COM 6 CLIPS.	1.000,00	UND	67,03	67.030,00
15	CLIP DE TITÂNIO MÉDIO/GRANDE (MEDIUM LARGE LT300), ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CARTUCHO COM 6 CLIPS medindo aproximadamente 5,5 mm x 8,7 mm.	2.250,00	UND	68,41	153.922,50
16	CLIP DE TITÂNIO MÉDIO/GRANDE (MEDIUM LARGE LT300), ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CARTUCHO COM 6 CLIPS medindo aproximadamente 5,5 mm x 8,7 mm. (cota do item 15, conforme Art.48 inciso III da Lei 123/2006).	750,00	UND	68,41	51.307,50
17	CLIP DE TITÂNIO GRANDE (LARGE LT400), ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CARTUCHO COM 6 CLIPS.	1.000,00	UND	69,20	69.200,00
18	CLIPADORA (APLICADOR) PARA CLIPS DE TITÂNIO LT100, REUTILIZÁVEL E AUTOCLAVÁVEL.	10,00	UND	3.258,00	32.580,00
19	CLIPADORA (APLICADOR) PARA CLIPS DE TITÂNIO LT200, REUTILIZÁVEL E AUTOCLAVÁVEL.	10,00	UND	3.563,57	35.635,70
20	CLIPADORA (APLICADOR) PARA CLIPS DE TITÂNIO LT300, REUTILIZÁVEL E AUTOCLAVÁVEL.	10,00	UND	3.244,99	32.449,90
21	CLIPADORA (APLICADOR) PARA CLIPS DE TITÂNIO LT400, REUTILIZÁVEL E AUTOCLAVÁVEL.	10,00	UND	3.148,00	31.480,00
22	CLIPADOR LAPAROSCÓPICO 10MM P/ APLICAÇÃO DE CLIPES HEMOSTÁTICOS	10,00	UND	3.130,08	31.300,80
23	CLIPES HEMOSTÁTICOS PARA APLICADOR LAPAROSCÓPICO (CAIXA C/ 100 UNDADES)	75,00	CX	1.380,00	103.500,00
24	CLIPES HEMOSTÁTICOS PARA APLICADOR LAPAROSCÓPICO (CAIXA C/ 100 UNDADES) (cota do item 23, conforme Art.48 inciso III da Lei 123/2006).	25,00	CX	1.380,00	34.500,00
25	CLIPADOR MEDIUM-LARGE PARA VIDEOCIRURGIA 10 MM X 33 CM	23,00	UND	3.225,46	74.185,58

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
26	CLIPADOR MEDIUM-LARGE PARA VIDEOCIRURGIA 10 MM X 33 CM (cota do item 25, conforme Art.48 inciso III da Lei 123/2006).	7,00	UND	3.225,46	22.578,22
27	TUBO PARA ASPIRAÇÃO E IRRIGAÇÃO SEM VÁLVULA 120 MM	5,00	UND	675,59	3.377,95
28	TROCATER PONTA PIRAMIDAL, 10 MM, 11 CM	5,00	UND	822,12	4.110,60
29	BAINHA JANELA 10MM,11CM COM VÁLVULA TORNEIRA	5,00	UND	2.231,49	11.157,45
30	EXTRATOR DE APÊNDICE E REDUTOR DE DIAFRAGMA 10 MM PARA 5 MM	5,00	UND	679,76	3.398,80
31	BAINHA JANELA 5MM, 11CM COM VÁLVULA TORNEIRA	5,00	UND	2.157,32	10.786,60
32	TROCATER PONTA PIRAMIDAL 5MM, 11CM	5,00	UND	478,76	2.393,80
33	ELETRODO MONOPOLAR 05 MM X 33 CM	5,00	UND	805,60	4.028,00
34	PINÇA DE APREENSÃO PARA VIDEOCIRURGIA TIPO CROCE-OLMI, COM CREMALHEIRA, MEDINDO 5 MM X 36 CM -	5,00	UND	2.712,38	13.561,90
35	PINÇA DE APREENSÃO PARA VIDEOCIRURGIA TIPO BOWEL CURTA, SEM CREMALHEIRA, MEDINDO 5 MM X 36 CM -	5,00	UND	3.192,34	15.961,70
36	PINÇA DE APREENSÃO PARA VIDEOCIRURGIA TIPO GRASPING, SEM CREMALHEIRA, MEDINDO 5 MM X 36 CM	5,00	UND	3.368,23	16.841,15
37	PINÇA DE APREENSÃO PARA VIDEOCIRURGIA COM ARRANHURAS FINAS, SIMPLES AÇÃO, COM CREMALHEIRA, MEDINDO 5 MM X 36 CM	5,00	UND	3.360,75	16.803,75
38	PINÇA DE APREENSÃO PARA VIDEOCIRURGIA TIPO CLAW, 2X3 DENTES COM CREMALHEIRA, MEDINDO 5 MM X 36 CM	5,00	UND	2.958,71	14.793,55
39	PINÇA DE APREENSÃO E DISSECÇÃO PARA VIDEOCIRURGIA TIPO MARYLAND, SEM CREMALHEIRA, MEDINDO 5 MM X 36 CM	5,00	UND	3.081,12	15.405,60
40	PINÇA DE APREENSÃO E DISSECÇÃO PARA VIDEOCIRURGIA TIPO MIXTER, SEM CREMALHEIRA, MEDINDO 5 MM X 36 CM	5,00	UND	2.716,50	13.582,50
41	TESOURA CURVA MONOPOLAR PARA VIDEOCIRURGIA TIPO METZENBAUM MEDINDO 5MM X 36 CM	5,00	UND	2.988,94	14.944,70
42	PORTA-AGULHAS RETO COM CABO EM V PARA VIDEOCIRURGIA MEDINDO 5MM X 33 CM	5,00	UND	3.248,78	16.243,90
43	VÁLVULA ROTATORIA PARA VIDEOCIRURGIA MODELO SLIM PARA TUBO DE ASPIRAÇÃO	5,00	UND	1.941,41	9.707,05
44	CABO MONOPOLAR MEDINDO 3 METROS DE COMPRIMENTO. AUTOCLAVÁVEL	5,00	UND	586,78	2.933,90
45	AGULHA DE VERESS 2,0 X 120 MM	5,00	UND	786,36	3.931,80

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
46	ESTOJO PERFURADO PARA INSTRUMENTAIS 58 X 28 X 12 CM	5,00	UND	1.713,65	8.568,25
47	ESTOJO PARA ACONDICIONAMENTO E ESTERILIZAÇÃO DE ENDOSCÓPIO RÍGIDO	5,00	UND	714,01	3.570,05
48	PINÇA DE DISSECÇÃO BIPOLAR 5 MM X 33 CM	5,00	UND	4.451,88	22.259,40
49	PORTA-AGULHAS RETO COM CABO EM V, HASTE SUPERIOR RETA PARA VIDEOCIRURGIA MEDINDO 5MM X 33 CM	5,00	UND	3.015,58	15.077,90
50	CABO BIPOLAR 3200 MM	5,00	UND	364,50	1.822,50
51	PINÇA DE APREENSÃO PARA VIDEOCIRURGIA TIPO JACARÉ MEDINDO 5MM X 36 CM	5,00	UND	2.953,34	14.766,70
52	PINÇA DE APREENSÃO TIPO BOWEL PARA VIDEOCIRURGIA MEDINDO 5MM X 36 CM	5,00	UND	3.434,79	17.173,95
53	ÓTICA 10MM, 30 CM, 0° - 01	5,00	UND	8.066,61	40.333,05
54	ANEL DE VEDAÇÃO BORRACHINHA/DIAFRAGMA) PARA TROCARTER PERMANENTE, CONFECCIONADO EM SILICONE GRAU MÉDICO OU MATERIAL EQUIVALENTE, AUTOCLAVÁVEL, DESTINADO À MANUTENÇÃO DA VEDAÇÃO E DO PNEUMOPERITÔNIO DURANTE PROCEDIMENTOS DE VIDEOCIRURGIA. COMPATÍVEL COM O MODELO DE TROCARTER PERMANENTE UTILIZADO PELA UNIDADE. SENDO ELE: TROCARTER MAGNÉTICO 5.5MM*95MM PONTA PIRAMIDAL.	50,00	UND	230,67	11.533,50
55	ANEL DE VEDAÇÃO BORRACHINHA/DIAFRAGMA) PARA TROCARTER PERMANENTE, CONFECCIONADO EM SILICONE GRAU MÉDICO OU MATERIAL EQUIVALENTE, AUTOCLAVÁVEL, DESTINADO À MANUTENÇÃO DA VEDAÇÃO E DO PNEUMOPERITÔNIO DURANTE PROCEDIMENTOS DE VIDEOCIRURGIA. COMPATÍVEL COM O MODELO DE TROCARTER PERMANENTE UTILIZADO PELA UNIDADE. SENDO ELE: TROCARTER MAGNÉTICO 10.5 MM* 95MM PONTA PIRAMIDAL.	50,00	UND	221,96	11.098,00
56	CAIXA PERFURADA PARA INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS CAIXA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO 14 CM, LARGURA 21 CM, ALTURA 6 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PERFURADA/COM TAMPA	20,00	UND	166,58	3.331,60
57	ESPÉCULO RETAL ESPECULO DE PITANGA SANTOS RETAL 13CM, PRODUTO CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRÚRGICOS, FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE, NORMAS DA ABNT, CE.	10,00	UND	549,60	5.496,00
58	CUBA RETANGULAR 26CM X 12CM CUBA INOX COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 26 CM X 12 CM, PROFUNDIDADE 6CM	30,00	UND	52,21	1.566,30
59	TESOURA MULTIFUNCIONAL PRIMEIROS SOCORROS / TESOURA MULTIFUNCIONAL 6 EM 1	50,00	UND	157,53	7.876,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	FERRAMENTA MULTIFUNCIONAL 6 EM 1 - FUNÇÕES: DISJUNTOR DE METAL DURO, CHAVE DE TANQUE DE OXIGÊNIO, CORTADOR DE ANÉIS, RÉGUA (5 CM/2 POLEGADAS), CORTADOR DE TIRAS, TESOURA				
60	PINÇA PARA BIÓPSIA ENDOSCÓPICA 2.3X2300MM PINÇA DE BIÓPSIA GASTRO DESCARTÁVEL CONCHA OVAL FENESTRADA, TIPO JACARÉ (SERRILHADA) COMPRIMENTO ÚTIL: 2300MM	50,00	UN	42,94	2.147,00
61	CURETA RECAMIER ABERTA 07. INSTRUMENTO CIRÚRGICO UTILIZADO PARA A LIMPEZA OU RASPAGEM DA SUPERFÍCIE DE UM ECIDO AFETADO. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	15,00	UND	142,89	2.143,35
62	CURETA RECAMIER ABERTA 08. INSTRUMENTO CIRÚRGICO UTILIZADO PARA A LIMPEZA OU RASPAGEM DA SUPERFÍCIE DE UM TECIDO AFETADO. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	15,00	Un	136,97	2.054,55
63	CURETA RECAMIER ABERTA 09. INSTRUMENTO CIRÚRGICO UTILIZADO PARA A LIMPEZA OU RASPAGEM DA SUPERFÍCIE DE UM TECIDO AFETADO. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	15,00	Un	142,89	2.143,35
64	CURETA RECAMIER ABERTA 10. INSTRUMENTO CIRÚRGICO UTILIZADO PARA A LIMPEZA OU RASPAGEM DA SUPERFÍCIE DE UM TECIDO AFETADO. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	15,00	Un	136,97	2.054,55
65	CAPA DE VIDEOLAPAROSCOPIA ENVELOPADA PARA ARTROSCOPIA DESCARTÁVEL, TAM. 15X250CM. ESTÉRIL. DESCARTÁVEL.	2.500,00	UND	3,64	9.100,00

Valor Total: R\$ 2.051.863,60 (Dois milhões, cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e três reais e sessenta centavos).

1.1.3. Os quantitativos constantes acima são meramente estimativos, não implicam em obrigatoriedade de aquisição pela Administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Site Eletrônico (www.licitanet.com.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. No(s) item(s) em que há ampla concorrência, haverá critério de desempate nos termos do Art. 45, 3§, da Lei Complementar 123, onde a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão

2.6. Para o(s) item(s) cujo valor seja de até 80.000,00, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para o(s) item(s) aos quais houver submetidos a separação de cota de 25%, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2.6.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Haverá PRIORIDADE de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, no Município de Jaru/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Ariquemes, Cacaulândia, Vale do Paraíso, Nova União e Mirante da Serra) nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 9º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente;

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2. e 2.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.8.2. e 2.8.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.1. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.2. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade das declarações exigidas no edital, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do **ITEM**;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. **Aos itens em que houver separação de cotas:** caso o licitante tenha vencido, até então, tanto o item de ampla concorrência, quanto o item de cota, ele deverá equalizar os valores unitários do item que houver indicação de maior valor, uma vez que o objeto é o mesmo em ambos os itens. Prevalecerá o menor valor entre eles. Caso o licitante não realize o ajuste após tentativa de negociação do(a) pregoeiro(a), ele será inabilitado no item de maior valor.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Quanto as quantidades elencadas: não há possibilidade no ato do cadastro da proposta, de oferecer um quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se aos limites dela.

4.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1%*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.

5.12. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.1. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.2. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 4, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.22.4. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22.6. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

6.1. DA CONTRATADA:

- 6.1.1. Cumprir fielmente o estabelecido no edital e seus anexos;
- 6.1.2. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;
- 6.1.3. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos, sejam por culpa da empresa ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidos por força de lei, ligados ao cumprimento da presente licitação.
- 6.1.4. Proceder a entrega dos itens, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o caso, número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência;
- 6.1.5. Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos itens, fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;
- 6.1.6. Atender prontamente às solicitações do contratante acerca dos materiais licitados e prestar os esclarecimentos que forem necessários;
- 6.1.7. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos itens, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar ao CONTRATANTE a plena utilização dos itens adquiridos ou a respectiva indenização;
- 6.1.8. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos do CONTRATADO ou de quem em seu nome agir;
- 6.1.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da licitação em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções;
- 6.1.10. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;
- 6.1.11. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos itens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;
- 6.1.12. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências da Contratante, quando em atividade na execução/entrega do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;
- 6.1.13. Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 6.1.14. Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;
- 6.1.15. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante;
- 6.1.16. Indicar e-mail e número de WhatsApp (com confirmação de leitura ativada) oficiais do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante;
- 6.1.17. É de responsabilidade da Detentora da Ata refazer por sua conta, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os produtos rejeitados, não aceitos, por má execução ou por inobservância das especificações e etapas, após parecer técnico competente;
- 6.1.18. Toda despesa de reposição de materiais não aceitos ficarão a cargo exclusivo da DETENTORA DA ATA não sendo reembolsável pelo Município;
- 6.1.19. A DETENTORA DA ATA deverá manter atualizado junto ao Gestor e às unidades contempladas, o endereço; nº do telefone fixo e celular; correio eletrônico; e nome do preposto com poder de decisão, durante a vigência da ata;

6.1.20. A Contratada fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ATA, observado os limites de quantidades estipulados.

6.2. DA CONTRATANTE:

6.2.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos itens, objeto da aquisição;

6.2.2. Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada da Ata de Registro de Preços;

6.2.3. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços a ser firmada;

6.2.4. Receber os materiais através de comissão de recebimento devidamente designado;

6.2.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.2.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços;

6.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada;

6.2.8. Aplicar à Contratada as penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente, quando for o caso.

7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. DO PRAZO

7.1.1. Fornecimento/entrega deverá ser efetuado no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, para empresas locais dentro do município de Jaru/RO, dentro do Estado de Rondônia e para empresas fora do estado na totalidade do objeto contratado, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho ou Instrumento de Contrato, se for o caso.

7.2. LOCAL DE ENTREGA

7.2.1. O fornecimento deverá ser feito no **Almoxarifado Central da Prefeitura de Jaru**, localizado na Rua Antelmo Costa Fraga (linha 605) - Nº 2283, Centro de Convenções (Antigo Teatro) - Setor 10 (Jardim do Estados), Atrás do Posto Rigotti. CEP.: 76890-000 Jaru/RO. Fone: (69) 3521 4730, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, respeitando sempre o período de almoço das 11h30min às 13h30min, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento. Telefone para contato (69) 3521-4730.

7.3. DO RECEBIMENTO

7.3.1. Os produtos serão recebidos **provisoriamente no ato da entrega**, pelo servidor responsável ou por pessoa formalmente designada, juntamente com a Nota Fiscal e os documentos aplicáveis, para conferência inicial das quantidades, unidades de fornecimento, embalagens, identificação e integridade aparente.

7.3.2. Após o recebimento provisório, serão verificadas as especificações técnicas, qualidade, esterilidade quando aplicável, validade, documentação sanitária, compatibilidade, condições de conservação e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

7.3.3. Durante o recebimento provisório, a equipe técnica da SEMUSA realizará teste prático de compatibilidade e travamento entre os cliques de polímero (itens 1 a 4) e os aplicadores (itens 5 a 8) entregues, independentemente de terem sido fornecidos por empresas distintas. Conforme já estipulado no Termo de Referência, caso seja constatada qualquer incompatibilidade, folga, falha de travamento ou risco à segurança do procedimento cirúrgico, os produtos serão liminarmente rejeitados, devendo ser substituídos pela Contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de sanções administrativas.

7.3.4. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, mediante confirmação de que os materiais atendem integralmente às condições da contratação.

7.3.5. Os produtos poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, quando apresentarem avaria, violação da embalagem, perda de esterilidade, validade inadequada, divergência de quantidade ou apresentação, incompatibilidade, irregularidade sanitária ou qualquer desconformidade com o Termo de Referência ou com a proposta aceita.

7.3.6. Os produtos rejeitados deverão ser retirados e substituídos pela Contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da notificação, sem qualquer ônus para a Administração.

7.3.7. Quando houver necessidade de diligência, teste de compatibilidade ou conferência de documentação indispensável, o prazo para o recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada.

7.3.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da Contratada por vícios aparentes ou ocultos, defeitos, perda de esterilidade, incompatibilidade, qualidade, segurança ou demais obrigações legalmente aplicáveis.

7.4. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

7.4.1. Os produtos deverão ser novos, sem uso anterior, estar em perfeitas condições de conservação e atender integralmente às especificações técnicas, características, dimensões, materiais, funcionalidades e demais requisitos estabelecidos para cada item neste Termo de Referência.

7.4.2. Os materiais estéreis deverão ser fornecidos em embalagem original, íntegra, inviolada e adequada à manutenção da esterilidade, contendo, quando aplicável, identificação do produto, fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela regulamentação sanitária.

7.4.3. Os produtos sujeitos a prazo de validade deverão possuir, **na data da entrega, validade remanescente mínima de 12 (doze) meses**. Quando o prazo total de validade estabelecido pelo fabricante for inferior a 12 (doze) meses, o produto deverá possuir, no mínimo, **75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total remanescente**, contado da data da entrega.

7.4.4. Os instrumentais reutilizáveis deverão ser confeccionados em material compatível com sua finalidade cirúrgica e com os processos de limpeza, desinfecção e esterilização indicados pelo fabricante, especialmente quando prevista a autoclavagem, devendo manter suas características funcionais, estruturais e de segurança após o processamento adequado.

7.4.5. Os acessórios, aplicadores, cliques, cabos, anéis de vedação e demais componentes destinados à utilização conjunta deverão apresentar **compatibilidade técnica e funcional entre si e com os equipamentos ou instrumentais aos quais se destinam**, de modo a assegurar seu adequado encaixe, funcionamento e utilização segura durante os procedimentos.

7.4.6. Não serão aceitos produtos usados, recondicionados, remanufaturados, com embalagens violadas, avariados, com sinais de deterioração, corrosão, deformação, perda de esterilidade ou qualquer condição que comprometa sua qualidade, segurança ou utilização.

7.4.7. Os produtos entregues em desacordo com as especificações, com irregularidade sanitária, prazo de validade inferior ao exigido, incompatibilidade técnica ou qualquer outra desconformidade deverão ser retirados e substituídos pela Contratada, sem qualquer ônus para a Administração, observados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

7.5. DA FISCALIZAÇÃO

7.5.1. A fiscalização do recebimento do(s) material(is) adquirido(s) ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competendo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

7.5.2. A Comissão de Recebimento, Fiscal do Contrato ou o Responsável pelo Almoxarifado procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

7.5.3. A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

7.5.4. Registre-se que a verificação da correspondência técnica e da compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações do Termo de Referência compete à unidade técnica da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA), que será responsável por atestar a regularidade sanitária, características, marca, modelo, unidade de fornecimento e a perfeita compatibilidade dos materiais e acessórios com a torre de vídeo cirúrgica disponível na unidade.

8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA

8.1. DO CONTRATO

8.1.1. O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021, quando se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

8.1.2. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, ou outro instrumento hábil, conforme a legislação aplicável, e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante.

8.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.4. A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da Ata de Registro de Preços ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

8.1.5. O reajuste ocorrerá de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, a cada 12 (doze) meses, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado da contratação.

8.2. DA ASSINATURA DO CONTRATO

8.2.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.2.2. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

8.2.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 8.2.1 deste Edital.

8.2.4. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

8.2.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a empresa às penalidades legalmente previstas, conforme disposto no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

8.3. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.3.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.3.3. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

8.3.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.3.5. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.3.6. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.4. DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.4.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no **caput** deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.4.2. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

8.4.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ATA DE REGISTO DE PREÇOS

9.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

9.1.1.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

9.1.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 14.926/23, assinar a ata de registro de preços e deverão ser observadas as seguintes

condições:

I - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do art. 15;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e

III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

9.1.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

9.1.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

9.2. DA ASSINATURA DA ATA

9.2.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Jaru, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133**, de 2021, e no decreto municipal nº 14.926/2023.

9.2.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

9.2.3. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

9.2.4. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

9.2.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 19, e observado o disposto no § 3º do art. 18, do Decreto Municipal nº 14.926/23, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.3. DA ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

9.3.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 14.926/GP/2023, no Art. 32 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

9.3.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

9.3.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 31 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

9.3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 31 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

9.3.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.3.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

9.3.7. A adesão à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

9.3.7.1. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

9.3.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

9.4. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.4.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

9.5. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA HABILITAÇÃO

9.5.1. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

10. DO PAGAMENTO

10.1.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

10.1.2. O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

10.1.3. A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

10.1.4. A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

10.1.5. Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

10.1.6. O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

10.1.7. Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

10.1.8. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

10.1.9. A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

10.2. DA LIQUIDAÇÃO

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

10.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

11. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

11.1.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido.

11.1.2. Realinhamento de Preços, conforme art. 25, do Decreto Municipal nº 14.926/2023 observadas às disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21

11.1.3. Preços poderão ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

11.1.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

11.1.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, e outros, no que couber.

11.1.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

11.1.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

11.1.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru,

trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

11.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

11.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.2. Caso o sistema de registro de preços seja utilizado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, deverá observar a seguinte condição:

I - atualização periódica dos preços registrados.

11.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.3.1 O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

11.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.4.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4.2. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.4.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4.4. Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

12. DA FASE DE JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o (a) Pregoeiro (a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

12.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

12.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

12.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

12.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o (a) pregoeiro (a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1. e 3.6. deste edital.

12.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

12.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.7.1. contiver vícios insanáveis;

12.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

12.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

12.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

12.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do (a) pregoeiro (a), que comprove:

12.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

12.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

12.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

- 12.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 12.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 12.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 12.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. Na ausência do envio ou em caso de documento vencido: a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser consultada e obtida pela comissão de contratação, desde que a empresa envie, no momento da licitação destinado ao envio da documentação de habilitação, o comprovante do registro no SICAF. Essa consulta será RESTRITA ao SICAF, não sendo realizada de outros meios/sites.

13.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por digitalização, não sendo aceitos documentos ilegíveis.

13.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

13.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

13.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

13.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

13.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

13.9. A verificação pelo (a) pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.9.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados pelo sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) HORAS ÚTEIS**, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a). Esse prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, **mediante solicitação devidamente justificada e sujeita à aprovação do(a) pregoeiro(a)**.

13.9.1.1. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 13.9.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

13.9.1.1.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

13.9.1.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.9.1.1.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

13.9.1.1.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

13.9.1.2. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

13.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

13.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

13.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

13.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.11.3. Conforme disposto no item 13.9.1. e seus subitens deste edital.

13.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.9.1.

13.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

13.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13.17. Os (as) licitante(s) deverão apresentar documentações digitalizadas, não sendo aceitos documentos ilegíveis. Relação de documentos para fins de habilitação.

13.18. Da Habilitação Jurídica:

a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

b) Ato constitutivo, estatuto ou **CONTRATO SOCIAL** em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da Junta Comercial para substituir o contrato social.

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicada no Diário Oficial da União, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d) Cédula de identificação dos sócios (RG) e (CPF), ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

e) Se a empresa se fizer representar por **PROCURADOR**, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

f) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

g) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

h) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

i) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165). Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.19. Da Regularidade Fiscal Social e Trabalhista;

a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos **FEDERAIS** e à Dívida Ativa da União.

b) Certidão Negativa de Tributos **ESTADUAIS**.

c) Certidão Negativa de Tributos **MUNICIPAIS**.

d) Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) do **FGTS**.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do link www.tst.jus.br/certidao Lei 12.440 de 07 de julho de 2011. Art. 642-A. É instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). § 2º Verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, será expedida Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da **CNDT**.

13.19.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.19.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13.19.3. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao

objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.20. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.20.1. O(s) proponente(s) deverá(ão) comprovar a regularidade dos materiais ofertados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA, por meio da apresentação do respectivo Registro, Isenção, Notificação ou Cadastramento, ou, quando for o caso, comprovar que o produto não está sujeito a controle sanitário, conforme dispõe a Resolução RDC nº 751/2022, observando-se a classificação regulatória de cada item.

13.20.2. Em caso de registro vencido, a licitante deverá apresentar comprovação de solicitação de revalidação devidamente protocolada dentro do prazo legal, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e na RDC nº 250, de 20 de outubro de 2004, acompanhada de cópia do último registro expirado.

13.20.3. Os proponentes deverão, obrigatoriamente, indicar em suas propostas: marca do produto, modelo ofertado, descrição e especificação técnica do material, bem como valores unitários e globais, compreendendo todas as despesas, tributos e encargos incidentes. Itens com informações incompletas ou ausentes serão considerados como não atendidos.

13.20.4. Os produtos deverão ser acondicionados conforme as especificações do fabricante, de modo a garantir a integridade física até o local de uso. As embalagens deverão conter, de forma legível e visível, as seguintes informações: conteúdo qualitativo e quantitativo, marca comercial, procedência, prazo de validade, CNPJ do fabricante ou importador e demais dados exigidos pela Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

13.20.5. O(s) proponente(s) deverá(ão) comprovar que está(ão) regularmente autorizado(s) a exercer suas atividades, mediante a apresentação de Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento vigente, emitido pela autoridade sanitária competente do Estado, Distrito Federal ou Município, ou, alternativamente, cópia datada da última publicação no Diário Oficial que comprove o deferimento no Cadastro Municipal ou Estadual de Vigilância Sanitária.

13.20.6. Deverá ser apresentada, ainda, a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), emitida pela ANVISA, observando-se que sua revalidação deverá atender ao disposto na Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014.

13.20.7. Caso a revalidação da Licença de Funcionamento referente ao exercício corrente ainda não tenha sido concluída, a proponente deverá apresentar a licença do exercício anterior, acompanhada do protocolo de renovação, nos termos do artigo 22 do Decreto nº 74.170/1974 ou da legislação sanitária local aplicável, comprovada mediante publicação em Diário Oficial.

13.20.8. O protocolo deverá ser substituído pela licença definitiva, tão logo seja emitida pela autoridade sanitária competente.

13.20.9. Deverá, igualmente, ser apresentado comprovante de Responsabilidade Técnica, emitido pelo respectivo Conselho de Classe, atestando que a empresa possui profissional habilitado responsável pelas atividades relacionadas aos produtos ofertados.

13.20.10. Todos os documentos apresentados deverão ser claros, legíveis e válidos. Documentos extraídos do sítio eletrônico da ANVISA ou cópias de publicações em Diário Oficial estarão sujeitos à verificação e conferência pela equipe técnica. Documentos apresentados em cópia deverão ser autenticados ou estar acompanhados dos originais para conferência.

13.20.11. Documentos emitidos em língua estrangeira, provenientes de entidades públicas ou privadas de outros países, deverão ser autenticados pelo respectivo Consulado Brasileiro e traduzidos por tradutor público juramentado, conforme legislação vigente.

13.20.12. Por fim, fica sob responsabilidade da empresa licitante atestar, mediante documentação comprobatória, a veracidade da vinculação entre as empresas envolvidas, de forma a confirmar que os documentos apresentados correspondem efetivamente à marca e ao produto ofertado, em casos de divergência de razão social ou de representação comercial.

13.21. Da Qualificação Econômica e Financeira:

a) Certidão Negativa de **Falência**, **Concordata**, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de **90 (noventa) dias** corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

b) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

b.1) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

c1 - Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

c2 - Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

c3 - Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente – igual ou superior a 1

LG= Liquidez Geral – igual ou superior a 1

SG= Solvência Geral – igual ou superior a 1

d) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

e) Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado **da parcela pertinente**.

f) Em caso de participação da empresa **FILIAL** na Licitação que possua o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como os índices consolidados com a **MATRIZ**: deverá ser apresentada **DECLARAÇÃO** de que os referidos documentos da empresa são conjuntos. No referido caso, os 10% (dez por cento) mencionados no tópico 13.21, alínea e), serão considerados os da **MATRIZ**.

13.22. Das Declarações:

a) Termo de Compromisso (declaração conjunta) (Anexo IV).

13.22.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

b) Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

c) Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

13.23. Da Aceitabilidade da Documentação de Habilitação

13.23.1. Os documentos enviados através da plataforma onde ocorrerá a licitação serão aceitos nos seguintes formatos, sendo de inteira responsabilidade da licitante a devida atenção ao formato no momento do envio:

13.23.1.1. **Formatos: ZIP, 7zip e rar (compactados), .rtf, .doc, .docx (MS Office), .xls e .xlsx. e .PDF (preferencialmente).**

13.23.2. Documentos não exigidos neste instrumento convocatório não serão verificados, bem como não serão utilizados para habilitação ou inabilitação do licitante.

13.22.3. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em tempo destinado ao ato, na plataforma onde ocorre a licitação, no prazo de **10 (dez) minutos**, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico no Site Oficial do Município, acessível em <http://www.jaru.ro.gov.br/> e Portal da Transparência, acessível em https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

15.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Advertência pela falta do subitem 15.1.1 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

15.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 15.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

15.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

15.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

15.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente no endereço eletrônico: supel@jaru.ro.gov.br, no prazo de **até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O (a) PREGOEIRO (a) e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário de 07h30min às 11h30min, ou 13h30min às 17:30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na sala da Superintendência de Licitações e Contratos, da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU – RO, localizada na Rua Raimundo Catanhede, nº 1080 setor 02, ou pelo telefone (69) 9349-4710, para maiores esclarecimentos.

17.11. Outras informações inerentes ao objeto desta licitação poderão ser obtidas junto a Secretaria solicitante no mesmo expediente.

17.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, acessível em <https://doe.jaru.ro.gov.br/>, Site Oficial do Município, acessível em <http://www.jaru.ro.gov.br/> e Portal da Transparência, acessível em https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33_se_for_o_caso.

18. DO FORO

18.1. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da COMARCA DE JARU/RO, considerado aquele a que está vinculada a Administração Municipal e ao (a) PREGOEIRO (a), excluindo-se quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

ASSINADO DIGITALMENTE
IVANILDA LUCAS DE ANDRADE
CPF
59971509253

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

IVANILDA LUCAS DE ANDRADE
PREGOEIRO (A)

Jaru – RO, 08 de outubro de 2026.

Elaborado por: Simone Andréia Geraldo
Assessor (a) de Expediente de Licitações

ANEXO I
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS visando futura e eventual **AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS CIRÚRGICOS, INCLUINDO PRODUTOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE VIDEOLAPAROSCOPIA E DEMAIS PROCEDIMENTOS ASSISTENCIAIS CORRELATOS**, para atender a demanda das Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, da Prefeitura Municipal de Jaru/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	004.020.447	CLIQUE DE POLÍMERO TAMANHO: MEDIUM (M) - COR: AZUL PARA VASOS DE APROXIMADAMENTE 2MM A 7MM. (06 CLIPS POR BLISTER) EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK .	1.000,00	UND	143,16	143.160,00
2	004.020.448	CLIQUE DE POLÍMERO TAMANHO: MEDIUM LARGE (ML) - COR: VERDE PARA VASOS DE APROXIMADAMENTE 7MM A 10,0MM. (06 CLIPS POR BLISTER) EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK .	1.000,00	UND	169,35	169.350,00
3	004.020.449	CLIQUE DE POLÍMERO TAMANHO: LARGE (L) - COR: ROXO PARA VASOS DE APROXIMADAMENTE 10,0MM A 13,0MM. (06 CLIPS POR BLISTER) EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK .	1.000,00	UND	181,46	181.460,00
4	004.020.450	CLIQUE DE POLÍMERO TAMANHO: EXTRA LARGE (XL) - COR: DOURADO PARA VASOS DE APROXIMADAMENTE 13,0MM A 16,0MM. (06 CLIPS POR BLISTER) EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK .	1.000,00	UND	251,08	251.080,00
5	004.020.451	APLICADOR PARA CLIPES DE POLÍMERO TIPO HEM-O-LOK OU EQUIVALENTE/COMPATÍVEL, REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL DE GRAU CIRÚRGICO, AUTOCLAVÁVEL, COM MECANISMO DE TRAVAMENTO PRECISO E CABO ERGONÔMICO, DESTINADO À APLICAÇÃO SEGURA DE CLIPES DE LIGADURA EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COMPATÍVEL COM O TAMANHO DE CLIPE ESPECIFICADO (M) COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA. EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK	10,00	UND	3.024,33	30.243,30
6	004.020.452	APLICADOR PARA CLIPES DE POLÍMERO TIPO HEM-O-LOK OU EQUIVALENTE/COMPATÍVEL, REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL DE GRAU CIRÚRGICO, AUTOCLAVÁVEL, COM MECANISMO DE TRAVAMENTO PRECISO E CABO ERGONÔMICO, DESTINADO À APLICAÇÃO SEGURA DE CLIPES DE LIGADURA EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COMPATÍVEL COM O TAMANHO DE CLIPE ESPECIFICADO (ML)	10,00	UND	3.168,04	31.680,40

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
		COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA. EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK				
7	004.020.453	APLICADOR PARA CLIPES DE POLÍMERO TIPO HEM-O-LOK OU EQUIVALENTE/COMPATÍVEL, REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL DE GRAU CIRÚRGICO, AUTOCLAVÁVEL, COM MECANISMO DE TRAVAMENTO PRECISO E CABO ERGONÔMICO, DESTINADO À APLICAÇÃO SEGURA DE CLIPES DE LIGADURA EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COMPATÍVEL COM O TAMANHO DE CLIPE ESPECIFICADO (L) COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA. EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK	10,00	UND	3.093,35	30.933,50
8	004.020.454	APLICADOR PARA CLIPES DE POLÍMERO TIPO HEM-O-LOK OU EQUIVALENTE/COMPATÍVEL, REUTILIZÁVEL, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL DE GRAU CIRÚRGICO, AUTOCLAVÁVEL, COM MECANISMO DE TRAVAMENTO PRECISO E CABO ERGONÔMICO, DESTINADO À APLICAÇÃO SEGURA DE CLIPES DE LIGADURA EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COMPATÍVEL COM O TAMANHO DE CLIPE ESPECIFICADO (XL) COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA. EQUIVALENTE OU SIMILAR: HEM-O-LOK	10,00	UND	3.322,50	33.225,00
9	004.020.455	CLIP DE TITÂNIO PEQUENO (SMALL LT100), ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CARTUCHO COM 6 CLIPS.	1.000,00	UND	62,98	62.980,00
10	004.020.456	CLIP DE TITÂNIO MÉDIO (MEDIUM LT200), ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CARTUCHO COM 6 CLIPS.	1.000,00	UND	67,03	67.030,00
11	004.020.457	CLIP DE TITÂNIO MÉDIO/GRANDE (MEDIUM LARGE LT300), ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CARTUCHO COM 6 CLIPS medindo aproximadamente 5,5 mm x 8,7 mm.	3.000,00	UND	68,41	205.230,00
12	004.020.458	CLIP DE TITÂNIO GRANDE (LARGE LT400), ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CARTUCHO COM 6 CLIPS.	1.000,00	UND	69,20	69.200,00
13	004.020.459	CLIPADORA (APLICADOR) PARA CLIPS DE TITÂNIO LT100, REUTILIZÁVEL E AUTOCLAVÁVEL.	10,00	UND	3.258,00	32.580,00
14	004.020.460	CLIPADORA (APLICADOR) PARA CLIPS DE TITÂNIO LT200, REUTILIZÁVEL E AUTOCLAVÁVEL.	10,00	UND	3.563,57	35.635,70
15	004.020.461	CLIPADORA (APLICADOR) PARA CLIPS DE TITÂNIO LT300, REUTILIZÁVEL E AUTOCLAVÁVEL.	10,00	UND	3.244,99	32.449,90
16	004.020.462	CLIPADORA (APLICADOR) PARA CLIPS DE TITÂNIO LT400, REUTILIZÁVEL E AUTOCLAVÁVEL.	10,00	UND	3.148,00	31.480,00
17	004.020.464	CLIPADOR LAPAROSCÓPICO 10MM P/ APLICAÇÃO DE CLIPES HEMOSTÁTICOS	10,00	UND	3.130,08	31.300,80
18	004.020.465	CLIPES HEMOTÁTICOS PARA APLICADOR LAPAROSCÓPICO (CAIXA C/ 100 UNDADES)	100,00	CX	1.380,00	138.000,00
19	004.020.466	CLIPADOR MEDIUM-LARGE PARA VIDEOCIRURGIA 10 MM X 33 CM	30,00	UND	3.225,46	96.763,80

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vir. Unit.	Vir. Total
20	004.020.467	TUBO PARA ASPIRAÇÃO E IRRIGAÇÃO SEM VÁLVULA 120 MM	5,00	UND	675,59	3.377,95
21	004.020.468	TROCATER PONTA PIRAMIDAL, 10 MM, 11 CM	5,00	UND	822,12	4.110,60
22	004.020.469	BAINHA JANELA 10MM,11CM COM VÁLVULA TORNEIRA	5,00	UND	2.231,49	11.157,45
23	004.020.470	EXTRATOR DE APÊNDICE E REDUTOR DE DIAFRAGMA 10 MM PARA 5 MM	5,00	UND	679,76	3.398,80
24	004.020.471	BAINHA JANELA 5MM, 11CM COM VÁLVULA TORNEIRA	5,00	UND	2.157,32	10.786,60
25	004.020.472	TROCATER PONTA PIRAMIDAL 5MM, 11CM	5,00	UND	478,76	2.393,80
26	004.020.473	ELETRODO MONOPOLAR 05 MM X 33 CM	5,00	UND	805,60	4.028,00
27	004.020.474	PINÇA DE APREENSÃO PARA VÍDEOCIRURGIA TIPO CROCE-OLMI, COM CREMALHEIRA, MEDINDO 5 MM X 36 CM -	5,00	UND	2.712,38	13.561,90
28	004.020.475	PINÇA DE APREENSÃO PARA VÍDEOCIRURGIA TIPO BOWEL CURTA, SEM CREMALHEIRA, MEDINDO 5 MM X 36 CM -	5,00	UND	3.192,34	15.961,70
29	004.020.476	PINÇA DE APREENSÃO PARA VÍDEOCIRURGIA TIPO GRASPING, SEM CREMALHEIRA, MEDINDO 5 MM X 36 CM	5,00	UND	3.368,23	16.841,15
30	004.020.477	PINÇA DE APREENSÃO PARA VÍDEOCIRURGIA COM ARRANHURAS FINAS, SIMPLES AÇÃO, COM CREMALHEIRA, MEDINDO 5 MM X 36 CM	5,00	UND	3.360,75	16.803,75
31	004.020.478	PINÇA DE APREENSÃO PARA VÍDEOCIRURGIA TIPO CLAW, 2X3 DENTES COM CREMALHEIRA, MEDINDO 5 MM X 36 CM	5,00	UND	2.958,71	14.793,55
32	004.020.479	PINÇA DE APREENSÃO E DISSECÇÃO PARA VÍDEOCIRURGIA TIPO MARYLAND, SEM CREMALHEIRA, MEDINDO 5 MM X 36 CM	5,00	UND	3.081,12	15.405,60
33	004.020.480	PINÇA DE APREENSÃO E DISSECÇÃO PARA VÍDEOCIRURGIA TIPO MIXTER, SEM CREMALHEIRA, MEDINDO 5 MM X 36 CM	5,00	UND	2.716,50	13.582,50
34	004.020.481	TESOURA CURVA MONOPOLAR PARA VÍDEOCIRURGIA TIPO METZENBAUM MEDINDO 5MM X 36 CM	5,00	UND	2.988,94	14.944,70
35	004.020.482	PORTA-AGULHAS RETO COM CABO EM V PARA VÍDEOCIRURGIA MEDINDO 5MM X 33 CM	5,00	UND	3.248,78	16.243,90
36	004.020.483	VÁLVULA ROTATORIA PARA VÍDEOCIRURGIA MODELO SLIM PARA TUBO DE ASPIRAÇÃO	5,00	UND	1.941,41	9.707,05
37	004.020.484	CABO MONOPOLAR MEDINDO 3 METROS DE COMPRIMENTO. AUTOCLAVÁVEL	5,00	UND	586,78	2.933,90
38	004.020.485	AGULHA DE VERESS 2,0 X 120 MM	5,00	UND	786,36	3.931,80
39	004.020.486	ESTOJO PERFURADO PARA INSTRUMENTAIS 58 X 28 X 12 CM	5,00	UND	1.713,65	8.568,25
40	004.020.487	ESTOJO PARA ACONDICIONAMENTO E ESTERILIZAÇÃO DE ENDOSCÓPIO RÍGIDO	5,00	UND	714,01	3.570,05
41	004.020.488	PINÇA DE DISSECÇÃO BIPOLAR 5 MM X 33	5,00	UND	4.451,88	22.259,40

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
		CM				
42	004.020.489	PORTA-AGULHAS RETO COM CABO EM V, HASTE SUPERIOR RETA PARA VIDEOCIRURGIA MEDINDO 5MM X 33 CM	5,00	UND	3.015,58	15.077,90
43	004.020.490	CABO BIPOLAR 3200 MM	5,00	UND	364,50	1.822,50
44	004.020.491	PINÇA DE APREENSÃO PARA VIDEOCIRURGIA TIPO JACARÉ MEDINDO 5MM X 36 CM	5,00	UND	2.953,34	14.766,70
45	004.020.492	PINÇA DE APREENSÃO TIPO BOWEL PARA VIDEOCIRURGIA MEDINDO 5MM X 36 CM	5,00	UND	3.434,79	17.173,95
46	004.020.493	ÓTICA 10MM, 30 CM, 0° - 01	5,00	UND	8.066,61	40.333,05
47	004.020.494	ANEL DE VEDAÇÃO (BORRACHINHA/DIAFRAGMA) PARA TROCARTER PERMANENTE, CONFECCIONADO EM SILICONE GRAU MÉDICO OU MATERIAL EQUIVALENTE, AUTOCLAVÁVEL, DESTINADO À MANUTENÇÃO DA VEDAÇÃO E DO PNEUMOPÉRITÔNIO DURANTE PROCEDIMENTOS DE VIDEOCIRURGIA. COMPATÍVEL COM O MODELO DE TROCARTER PERMANENTE UTILIZADO PELA UNIDADE. SENDO ELE: TROCARTER MAGNÉTICO 5.5MM*95MM PONTA PIRAMIDAL.	50,00	UND	230,67	11.533,50
48	004.020.495	ANEL DE VEDAÇÃO (BORRACHINHA/DIAFRAGMA) PARA TROCARTER PERMANENTE, CONFECCIONADO EM SILICONE GRAU MÉDICO OU MATERIAL EQUIVALENTE, AUTOCLAVÁVEL, DESTINADO À MANUTENÇÃO DA VEDAÇÃO E DO PNEUMOPERITÔNIO DURANTE PROCEDIMENTOS DE VIDEOCIRURGIA. COMPATÍVEL COM O MODELO DE TROCARTER PERMANENTE UTILIZADO PELA UNIDADE. SENDO ELE: TROCARTER MAGNÉTICO 10.5 MM* 95MM PONTA PIRAMIDAL.	50,00	UND	221,96	11.098,00
49	004.020.496	CAIXA PERFURADA PARA INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS CAIXA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO 14 CM, LARGURA 21 CM, ALTURA 6 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PERFURADA/COM TAMPA	20,00	UND	166,58	3.331,60
50	004.020.497	ESPÉCULO RETAL ESPECULO DE PITANGA SANTOS RETAL 13CM, PRODUTO CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRÚRGICOS, FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE, NORMAS DA ABNT, CE.	10,00	UND	549,60	5.496,00
51	004.020.498	CUBA RETANGULAR 26CM X 12CM CUBA INOX COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 26 CM X 12 CM, PROFUNDIDADE 6CM	30,00	UND	52,21	1.566,30
52	004.020.499	TESOURA MULTIFUNCIONAL PRIMEIROS SOCORROS / TESOURA MULTIFUNCIONAL 6 EM 1	50,00	UND	157,53	7.876,50

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vir. Unit.	Vir. Total
		FERRAMENTA MULTIFUNCIONAL 6 EM 1 - FUNÇÕES: DISJUNTOR DE METAL DURO, CHAVE DE TANQUE DE OXIGÊNIO, CORTADOR DE ANÉIS, RÉGUA (5 CM/2 POLEGADAS), CORTADOR DE TIRAS, TESOURA				
53	004.009.125	PINÇA PARA BIÓPSIA ENDOSCÓPICA 2.3X2300MM PINÇA DE BIÓPSIA GASTRO DESCARTÁVEL CONCHA OVAL FENESTRADA, TIPO JACARÉ (SERRILHADA) COMPRIMENTO ÚTIL: 2300MM	50,00	UN	42,94	2.147,00
54	004.020.500	CURETA RECAMIER ABERTA 07. INSTRUMENTO CIRÚRGICO UTILIZADO PARA A LIMPEZA OU RASPAGEM DA SUPERFÍCIE DE UM ECIDO AFETADO. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	15,00	UND	142,89	2.143,35
55	004.017.961	CURETA RECAMIER ABERTA 08. INSTRUMENTO CIRÚRGICO UTILIZADO PARA A LIMPEZA OU RASPAGEM DA SUPERFÍCIE DE UM TECIDO AFETADO. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	15,00	Un	136,97	2.054,55
56	004.017.962	CURETA RECAMIER ABERTA 09. INSTRUMENTO CIRÚRGICO UTILIZADO PARA A LIMPEZA OU RASPAGEM DA SUPERFÍCIE DE UM TECIDO AFETADO. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	15,00	Un	142,89	2.143,35
57	004.017.963	CURETA RECAMIER ABERTA 10. INSTRUMENTO CIRÚRGICO UTILIZADO PARA A LIMPEZA OU RASPAGEM DA SUPERFÍCIE DE UM TECIDO AFETADO. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	15,00	Un	136,97	2.054,55
58	004.020.501	CAPA DE VIDEOLAPAROSCOPIA ENVELOPADA PARA ARTROSCOPIA DESCARTÁVEL, TAM. 15X250CM. ESTÉRIL. DESCARTÁVEL.	2.500,00	UND	3,64	9.100,00
Valor Total: R\$ 2.051.863,60						

Os quantitativos constantes acima são meramente estimativos, não implicam em obrigatoriedade de aquisição pela Administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas com referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

1.1. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DO OBJETO POR LOTES

Em observância ao art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a indicação da marca/modelo **HEM-O-LOK**, constante dos itens 1 a 8 deste Termo de Referência, exclusivamente como **referência de qualidade, desempenho, segurança e compatibilidade**, não constituindo exigência de fornecimento de produto de marca específica.

A utilização da referida marca como parâmetro decorre da necessidade de estabelecer características mínimas para os cliques poliméricos e seus respectivos aplicadores, considerando que esses componentes funcionam de forma integrada e devem apresentar plena compatibilidade entre si, especialmente quanto ao sistema de encaixe, travamento, aplicação e liberação do clipe durante os procedimentos cirúrgicos.

A definição de um padrão de referência mostra-se necessária em razão da natureza e da finalidade dos materiais, destinados à utilização em procedimentos de videocirurgia realizados na unidade de saúde, inclusive com a estrutura e os equipamentos já disponíveis, dentre eles a **Torre de Videocirurgia MINDRAY**. Eventuais incompatibilidades entre os cliques e os respectivos aplicadores, bem como inadequações de funcionamento durante sua utilização, poderão ocasionar falhas de aplicação, travamentos, desprendimento inadequado ou outras intercorrências capazes de comprometer a segurança e a continuidade do procedimento cirúrgico.

Nesse sentido, a indicação da marca de referência busca assegurar padrão mínimo de desempenho e segurança, além de mitigar riscos decorrentes da aquisição de materiais que, embora formalmente classificados na mesma categoria, não apresentem características técnicas, funcionais e de compatibilidade adequadas às necessidades da Administração.

Ressalta-se que a indicação **não possui caráter restritivo nem configura exigência de aquisição exclusiva da marca HEM-O-LOK**, sendo admitidos produtos de outras marcas, **equivalentes, similares ou de qualidade superior**, desde que atendam integralmente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência e tenham sua equivalência técnica e funcional devidamente comprovada.

A comprovação poderá ser realizada mediante **catálogos, fichas técnicas, manuais, declarações ou documentação técnica oficial do fabricante**, da qual seja possível aferir as características do produto ofertado, sua compatibilidade com o respectivo sistema de aplicação e o atendimento aos requisitos de desempenho e segurança exigidos pela Administração.

Dessa forma, a referência à marca/modelo HEM-O-LOK constitui apenas parâmetro técnico objetivo para definição do padrão mínimo pretendido pela Administração, preservando-se a competitividade do certame e a possibilidade de oferta de soluções equivalentes ou superiores que comprovadamente atendam às necessidades da contratação.

2. ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO

A estimativa de custo com a aquisição do presente objeto é de **R\$ 2.051.863,60 (dois milhões, cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e três reais e sessenta centavos)**, conforme se extrai da pesquisa de mercado realizada através do Banco de Preços.

2.1. VIGÊNCIA DA AQUISIÇÃO

Por se tratar de Registro de Preços, a pretendida aquisição visa atender as demandas das Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, pelo período de 12 (doze) meses.

No entanto, a Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, Art. 84, preconiza que o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A presente aquisição fundamenta-se na necessidade de disponibilizar os materiais indispensáveis à implantação e ao pleno funcionamento do serviço de cirurgias por videolaparoscopia na unidade de saúde, assegurando a adequada utilização da torre de vídeo cirúrgica e dos equipamentos já disponíveis. A ausência desses materiais inviabiliza a realização dos procedimentos e pode ocasionar a ociosidade da infraestrutura instalada, comprometendo a ampliação da capacidade assistencial e o adequado aproveitamento dos investimentos públicos realizados na estruturação do serviço.

A disponibilização dos materiais permitirá a realização de procedimentos cirúrgicos minimamente invasivos com maior segurança, eficiência e qualidade, proporcionando benefícios assistenciais relevantes, tais como redução do trauma cirúrgico, menor período de internação hospitalar, recuperação mais rápida dos pacientes e diminuição dos riscos de infecções e complicações pós-operatórias. A implantação do serviço também contribuirá para a otimização da ocupação dos leitos hospitalares, racionalização dos recursos assistenciais e ampliação da oferta de procedimentos especializados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Dessa forma, a aquisição mostra-se necessária para assegurar condições materiais adequadas à implantação, operacionalização e continuidade do serviço de cirurgia por vídeo, fortalecendo a capacidade operacional da unidade hospitalar e ampliando o acesso da população à assistência cirúrgica especializada. A contratação encontra-se alinhada ao interesse público e aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos, observando as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 para que a solução contratada seja adequada à necessidade administrativa e produza resultados efetivos para a coletividade.

3.1 ÓRGÃO PARTICIPANTE

- Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA.

3.2 DAS ESTIMATIVAS DE QUANTITATIVOS

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de materiais destinados ao funcionamento da torre de vídeo para realização de procedimentos cirúrgicos por videolaparoscopia, visando à implantação desse serviço nesta unidade de saúde, com o objetivo de ampliar a oferta de procedimentos minimamente invasivos, proporcionando maior

segurança aos pacientes, redução do tempo de internação, menor índice de complicações pós-operatórias e maior eficiência na prestação dos serviços de saúde.

Os quantitativos estimados não possuem histórico de consumo por se tratar da fase inicial de implantação do serviço de videolaparoscopia. A memória de cálculo para a definição dos quantitativos baseou-se na capacidade operacional da equipe médica, na disponibilidade da estrutura física e na estimativa de procedimentos mensais a serem realizados que estima-se a realização de no mínimo de 20 procedimentos cirúrgicos por mês, correspondendo a uma estimativa de 240 procedimentos cirúrgicos por ano. As quantidades preveem uma margem de reserva técnica suficiente para garantir a continuidade da assistência e evitar a interrupção das cirurgias por falta de materiais durante o período de adaptação e formação do histórico de consumo.

Assim, a definição dos quantitativos foi realizada com base em critérios técnicos e de planejamento, considerando a previsão de início das atividades do serviço de cirurgia por vídeo, a estimativa de procedimentos a serem realizados, a capacidade operacional da equipe médica, a disponibilidade da estrutura física e dos equipamentos já adquiridos, bem como a necessidade de garantir a continuidade da assistência, evitando a interrupção dos procedimentos por falta de materiais.

A metodologia adotada para a estimativa buscou atender aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da continuidade do serviço público e do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo dimensionada de forma suficiente para atender à demanda inicial do serviço, sem gerar estoques excessivos que possam ocasionar desperdícios ou comprometimento da adequada gestão dos recursos públicos.

Destaca-se, ainda, que, por se tratar da fase inicial de implantação do serviço, os quantitativos representam uma previsão técnica fundamentada nas necessidades operacionais estimadas. Após o início da execução dos procedimentos, será possível formar um histórico de consumo que permitirá maior precisão no planejamento das futuras contratações, promovendo o aperfeiçoamento contínuo da gestão de materiais.

Dessa forma, a estimativa apresentada mostra-se compatível com a necessidade administrativa, observando os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do planejamento, assegurando a disponibilidade dos insumos indispensáveis ao funcionamento do serviço de cirurgia por vídeo desde o início de sua operação.

3.3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

Na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) temos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação dos bens demandados verificamos que estes:

1. são passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;

2. possuem especificações usuais de mercado; e

3. possuem disponibilidade no mercado.

Logo, os bens a serem adquiridos classificam-se como sendo bens comuns.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução consiste na aquisição de materiais adequados e compatíveis com a torre de vídeo cirúrgica disponível na unidade de saúde, destinados à implantação e operacionalização dos procedimentos de cirurgia por videolaparoscopia, considerando todas as etapas relacionadas ao ciclo de vida do objeto, desde o fornecimento, transporte e entrega até sua utilização, armazenamento e descarte, quando aplicável. Os materiais deverão apresentar qualidade, segurança, durabilidade e desempenho compatíveis com sua finalidade médico-hospitalar, observando as especificações técnicas, condições de conservação, prazos de validade, requisitos sanitários e demais normas aplicáveis, de forma a assegurar o funcionamento adequado dos equipamentos e a realização segura dos procedimentos. A solução busca, assim, garantir a disponibilidade contínua dos materiais necessários à prestação dos serviços, otimizar o aproveitamento da infraestrutura já existente, reduzir riscos de interrupções ou desperdícios e proporcionar maior eficiência, economicidade e segurança na assistência à saúde durante toda a vida útil dos produtos adquiridos.

5. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

5.1. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

Os produtos deverão ser novos, sem uso anterior, estar em perfeitas condições de conservação e atender integralmente às especificações técnicas, características, dimensões, materiais, funcionalidades e demais requisitos estabelecidos para cada item neste Termo de Referência.

Os materiais estéreis deverão ser fornecidos em embalagem original, íntegra, inviolada e adequada à manutenção da esterilidade, contendo, quando aplicável, identificação do produto, fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela regulamentação sanitária.

Os produtos sujeitos a prazo de validade deverão possuir, **na data da entrega, validade remanescente mínima de 12 (doze) meses**. Quando o prazo total de validade estabelecido pelo fabricante for inferior a 12 (doze) meses, o produto deverá possuir, no mínimo, **75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total remanescente**, contado da data da entrega.

Os instrumentais reutilizáveis deverão ser confeccionados em material compatível com sua finalidade cirúrgica e com os processos de limpeza, desinfecção e esterilização indicados pelo fabricante, especialmente quando prevista a autoclavagem, devendo manter suas características funcionais, estruturais e de segurança após o processamento adequado.

Os acessórios, aplicadores, cliques, cabos, anéis de vedação e demais componentes destinados à utilização conjunta deverão apresentar **compatibilidade técnica e funcional entre si e com os equipamentos ou instrumentais aos quais se destinam**, de modo a assegurar seu adequado encaixe, funcionamento e utilização segura durante os procedimentos.

Não serão aceitos produtos usados, recondicionados, remanufaturados, com embalagens violadas, avariados, com sinais de deterioração, corrosão, deformação, perda de esterilidade ou qualquer condição que comprometa sua qualidade, segurança ou utilização.

Os produtos entregues em desacordo com as especificações, com irregularidade sanitária, prazo de validade inferior ao exigido, incompatibilidade técnica ou qualquer outra desconformidade deverão ser retirados e substituídos pela Contratada, sem qualquer ônus para a Administração, observados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.2. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. DA GARANTIA DO PRODUTO

Para os equipamentos e instrumentais permanentes e reutilizáveis integrantes do objeto (a exemplo de clipadoras, aplicadores, trocartes e óticas), exige-se a **garantia mínima de 12 (doze) meses** contra vícios ou defeitos de fabricação, contados a partir da data de recebimento definitivo. Durante o período de garantia, a assistência técnica, bem como os serviços de reparo ou a substituição integral dos equipamentos defeituosos, deverão ser providenciados pela Contratada, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir da notificação formal.

5.5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. LOCAL DE ENTREGA

O fornecimento deverá ser feito no **Almoxarifado Central da Prefeitura de Jaru**, localizado na Rua Antelino Costa Fraga (linha 605) - Nº 2283, Centro de Convenções (Antigo Teatro) - Setor 10 (Jardim do Estados), Atrás do Posto Rigotti. CEP.: 76890-000 Jaru/RO. Fone: (69) 3521 4730, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 07h30min

às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, respeitando sempre o período de almoço das 11h30min às 13h30min, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento. Telefone para contato (69) 3521-4730.

6.2. PRAZO DE ENTREGA

Fornecimento/entrega deverá ser efetuado no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, para empresas locais dentro do município de Jaru/RO, dentro do Estado de Rondônia e para empresas fora do estado na totalidade do objeto contratado, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho ou Instrumento de Contrato, se for o caso.

6.3. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do recebimento do(s) material(is) adquirido(s) ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competendo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

A Comissão de Recebimento, Fiscal do Contrato ou o Responsável pelo Almojarifado procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

Registre-se que a verificação da correspondência técnica e da compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações do Termo de Referência compete à unidade técnica da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA), que será responsável por atestar a regularidade sanitária, características, marca, modelo, unidade de fornecimento e a perfeita compatibilidade dos materiais e acessórios com a torre de vídeo cirúrgica disponível na unidade.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021, quando se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, ou outro instrumento hábil, conforme a legislação aplicável, e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da Ata de Registro de Preços ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

O reajuste ocorrerá de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, a cada 12 (doze) meses, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado da contratação.

7.1. DA ASSINATURA DO CONTRATO:

7.1.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

7.1.2 As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

7.1.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 7.1.1 deste termo.

7.1.4. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

7.1.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a empresa às penalidades legalmente previstas, conforme disposto no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

Os produtos serão recebidos **provisoriamente no ato da entrega**, pelo servidor responsável ou por pessoa formalmente designada, juntamente com a Nota Fiscal e os documentos aplicáveis, para conferência inicial das quantidades, unidades de fornecimento, embalagens, identificação e integridade aparente.

Após o recebimento provisório, serão verificadas as especificações técnicas, qualidade, esterilidade quando aplicável, validade, documentação sanitária, compatibilidade, condições de conservação e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

Durante o recebimento provisório, a equipe técnica da SEMUSA realizará teste prático de compatibilidade e travamento entre os cliques de polímero (itens 1 a 4) e os aplicadores (itens 5 a 8) entregues, independentemente de terem sido fornecidos por empresas distintas. Conforme já estipulado no Termo de Referência, caso seja constatada qualquer incompatibilidade, folga, falha de travamento ou risco à segurança do procedimento cirúrgico, os produtos serão liminarmente rejeitados, devendo ser substituídos pela Contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de sanções administrativas.

O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, mediante confirmação de que os materiais atendem integralmente às condições da contratação.

Os produtos poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, quando apresentarem avaria, violação da embalagem, perda de esterilidade, validade inadequada, divergência de quantidade ou apresentação, incompatibilidade, irregularidade sanitária ou qualquer desconformidade com o Termo de Referência ou com a proposta aceita.

Os produtos rejeitados deverão ser retirados e substituídos pela Contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da notificação, sem qualquer ônus para a Administração.

Quando houver necessidade de diligência, teste de compatibilidade ou conferência de documentação indispensável, o prazo para o recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da Contratada por vícios aparentes ou ocultos, defeitos, perda de esterilidade, incompatibilidade, qualidade, segurança ou demais obrigações legalmente aplicáveis.

8.2. LIQUIDAÇÃO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, e a forma de adjudicação será **POR ITEM**.

9.2. DA PREVISÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPATES

Nos itens cujos os valores estejam abaixo de R\$ 80.000 (oitenta mil reais), serão de participação exclusiva as microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a Lei Complementar 123, e com Decreto Municipal 9.323.

Nos itens cujo os valores totais ultrapassem R\$ 80.000 (oitenta mil reais), o item apresentará cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, até o limite de R\$ 80.000 (oitenta mil reais) em conformidade com a Lei Complementar 123 e com a Notificação Recomendatória Circular Nº 078/2019/GPEPSO, do Tribunal de Contas do Estado.

Nos itens em que há ampla concorrência, haverá critério de desempate nos termos do Art. 45, 3º, da Lei Complementar 123, onde a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

9.2.1. DA PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LOCAIS E REGIONAIS

9.2.1.1. Será assegurada, justificadamente, prioridade de contratação às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI sediados no Município de Jaru/RO ou nos municípios integrantes do âmbito regional definido no art. 1º, § 2º, do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, nos termos dos arts. 47 e 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 9º do referido Decreto Municipal.

9.2.1.2. A prioridade será aplicável quando a proposta apresentada por ME, EPP ou MEI sediado local ou regionalmente for igual ou até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço válido apurado no certame, observadas as demais condições estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016.

9.2.1.3. O percentual de até 10% (dez por cento) previsto no subitem anterior constitui faixa para exercício da prioridade de contratação, não representando autorização para contratação por preço superior ao melhor preço válido.

9.2.1.4. Identificada a situação prevista no item 2.7.2, a ME, EPP ou MEI sediada local ou regionalmente melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, hipótese em que, atendidas as demais condições do edital, o objeto será adjudicado em seu favor.

9.2.1.5. Caso a empresa beneficiária não apresente proposta inferior, não se manifeste no prazo estabelecido ou não venha a ser contratada, serão convocadas as demais ME, EPP ou MEI locais ou regionais que se encontrem dentro da faixa prevista no item 9.2.1.2., observada a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

9.2.1.6. Na hipótese de equivalência entre os valores apresentados pelas ME, EPP ou MEI locais ou regionais enquadradas na faixa de preferência, será observado o procedimento previsto no Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016 para definição daquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.2.1.7. Para fins desta prioridade, as empresas sediadas no Município de Jaru/RO e aquelas sediadas nos municípios integrantes do âmbito regional definido pelo Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016 serão consideradas segundo a ordem de classificação de suas propostas, não se estabelecendo preferência automática da empresa local sobre a regional sem previsão normativa expressa.

9.2.1.8. O benefício será operacionalizado por meio da funcionalidade correspondente do sistema eletrônico, mediante utilização da modalidade que permita à empresa beneficiária cobrir a melhor oferta válida, vedada a utilização de funcionalidade que resulte na adjudicação por preço superior ao melhor preço válido.

9.2.1.9. A aplicação da prioridade deverá ficar registrada na ata da sessão pública, com identificação do enquadramento da empresa beneficiária, da faixa percentual aplicável, da ordem de convocação e do valor da proposta apresentada no exercício do benefício.

9.2.1.10. A prioridade prevista neste item não se confunde com o critério de desempate disciplinado pelos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, observando-se, para cada instituto, seus pressupostos e procedimentos próprios.

9.2.1.11. A aplicação do tratamento favorecido ficará condicionada ao atendimento das hipóteses, requisitos e limitações previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, inclusive quanto à existência de fornecedores competitivos e à demonstração de que a medida não seja desvantajosa para a Administração.

9.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária limitada – LTDA, inclusive sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente igual ou superior a 1

LG= Liquidez Geral igual ou superior a 1

SG= Solvência Geral igual ou superior a 1

Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

Em caso de participação da empresa FILIAL na Licitação que possua o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como os índices consolidados com a MATRIZ: deverá ser apresentada DECLARAÇÃO de que os referidos documentos da empresa são conjuntos. No referido caso, os 10% (dez por cento) mencionados no tópico 13.21, alínea e), serão considerados os da MATRIZ.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O(s) proponente(s) deverá(ão) comprovar a regularidade dos materiais ofertados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA, por meio da apresentação do respectivo Registro, Isenção, Notificação ou Cadastramento, ou, quando for o caso, comprovar que o produto não está sujeito a controle sanitário, conforme dispõe a Resolução RDC nº 751/2022, observando-se a classificação regulatória de cada item.

Em caso de registro vencido, a licitante deverá apresentar comprovação de solicitação de revalidação devidamente protocolada dentro do prazo legal, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e na RDC nº 250, de 20 de outubro de 2004, acompanhada de cópia do último registro expirado.

Os proponentes deverão, obrigatoriamente, indicar em suas propostas: marca do produto, modelo ofertado, descrição e especificação técnica do material, bem como valores unitários e globais, compreendendo todas as despesas, tributos e encargos incidentes. Itens com informações incompletas ou ausentes serão considerados como não atendidos.

Os produtos deverão ser acondicionados conforme as especificações do fabricante, de modo a garantir a integridade física até o local de uso. As embalagens deverão conter, de forma legível e visível, as seguintes informações: conteúdo qualitativo e quantitativo, marca comercial, procedência, prazo de validade, CNPJ do fabricante ou importador e demais dados exigidos pela Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

O(s) proponente(s) deverá(ão) comprovar que está(ão) regularmente autorizado(s) a exercer suas atividades, mediante a apresentação de Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento vigente, emitido pela autoridade sanitária competente do Estado, Distrito Federal ou Município, ou, alternativamente, cópia datada da última publicação no Diário Oficial que comprove o deferimento no Cadastro Municipal ou Estadual de Vigilância Sanitária.

Deverá ser apresentada, ainda, a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), emitida pela ANVISA, observando-se que sua revalidação deverá atender ao disposto na Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014.

Caso a revalidação da Licença de Funcionamento referente ao exercício corrente ainda não tenha sido concluída, a proponente deverá apresentar a licença do exercício anterior, acompanhada do protocolo de renovação, nos termos do artigo 22 do Decreto nº 74.170/1974 ou da legislação sanitária local aplicável, comprovada mediante publicação em Diário Oficial.

O protocolo deverá ser substituído pela licença definitiva, tão logo seja emitida pela autoridade sanitária competente.

Deverá, igualmente, ser apresentado comprovante de Responsabilidade Técnica, emitido pelo respectivo Conselho de Classe, atestando que a empresa possui profissional habilitado responsável pelas atividades relacionadas aos produtos ofertados.

Todos os documentos apresentados deverão ser claros, legíveis e válidos. Documentos extraídos do sítio eletrônico da ANVISA ou cópias de publicações em Diário Oficial estarão sujeitos à verificação e conferência pela equipe técnica. Documentos apresentados em cópia deverão ser autenticados ou estar acompanhados dos originais para conferência.

Documentos emitidos em língua estrangeira, provenientes de entidades públicas ou privadas de outros países, deverão ser autenticados pelo respectivo Consulado Brasileiro e traduzidos por tradutor público juramentado, conforme legislação vigente.

Por fim, fica sob responsabilidade da empresa licitante atestar, mediante documentação comprobatória, a veracidade da vinculação entre as empresas envolvidas, de forma a confirmar que os documentos apresentados correspondem efetivamente à marca e ao produto ofertado, em casos de divergência de razão social ou de representação comercial.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da aquisição do objeto, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

11. DEVERES DA CONTRATANTE

Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos itens, objeto da aquisição;

Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada da Ata de Registro de Preços;

Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços a ser firmada;

Receber os materiais através de comissão de recebimento devidamente designado;

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços;

Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada;

Aplicar à Contratada as penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente, quando for o caso.

12. DEVERES DA CONTRATADA

Cumprir fielmente o estabelecido no edital e seus anexos;

Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;

Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos, sejam por culpa da empresa ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidos por força de lei, ligados ao cumprimento da presente licitação.

Proceder a entrega dos itens, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o caso, número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência;

Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos itens, fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;

Atender prontamente às solicitações do contratante acerca dos materiais licitados e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos itens, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar ao CONTRATANTE a plena utilização dos itens adquiridos ou a respectiva indenização;

Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos do CONTRATADO ou de quem em seu nome agir;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da licitação em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções;

Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;

Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos itens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;

Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências da Contratante, quando em atividade na execução/entrega do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;

Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;

Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante;

Indicar e-mail e número de WhatsApp (com confirmação de leitura ativada) oficiais do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante;

É de responsabilidade da Detentora da Ata refazer por sua conta, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os produtos rejeitados, não aceitos, por má execução ou por inobservância das especificações e etapas, após parecer técnico competente;

Toda despesa de reposição de materiais não aceitos ficarão a cargo exclusivo da DETENTORA DA ATA não sendo reembolsável pelo Município;

A DETENTORA DA ATA deverá manter atualizado junto ao Gestor e às unidades contempladas, o endereço; nº do telefone fixo e celular; correio eletrônico; e nome do preposto com poder de decisão, durante a vigência da ata;

A Contratada fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ATA, observado os limites de quantidades estipulados.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;
b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 13.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.11. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

14. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, há necessidade de aquisições frequentes, conforme estatui o art. 3º, inciso V, do Decreto Municipal nº 14.926/2023.

A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de aquisições frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

16. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

17. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

17.1 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18. ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA

Nas especificações deste Termo de Referência, foram extraídos os preços através de pesquisa realizada no banco de preços.

19. QUAIS OBJETIVOS E AÇÕES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A AQUISIÇÃO ESTÁ ALINHADA?

A aquisição dos materiais está alinhada com Gestão Transparente e Eficiente: Garantir uma gestão baseada em valores éticos, com planejamento e políticas integradas e articuladas, métodos e instrumentos eficazes e foco em resultados, assegurando uma efetiva participação da sociedade na construção, execução, monitoramento e avaliação das ações e dos projetos de governo.

20. DAS SOLUÇÕES ADOTADAS PARA MITIGAÇÃO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Com base no Mapa de Riscos elaborado para o processo, a Administração promoveu o tratamento dos eventos capazes de comprometer o planejamento, a seleção do fornecedor e a execução da aquisição de instrumentos cirúrgicos e materiais destinados à implantação e operacionalização do serviço de cirurgias por videolaparoscopia. As medidas de prevenção, controle e resposta foram incorporadas ao Termo de Referência e aos demais documentos da fase interna, considerando especialmente os requisitos de compatibilidade técnica, regularidade sanitária, entrega, garantia, recebimento e fiscalização dos produtos.

Na fase de planejamento, foram revisados os quantitativos e as especificações dos itens, inclusive com correção do quantitativo do clipador Medium-Large para videocirurgia e consolidação das descrições sobrepostas relativas ao clipe de titânio LT300, eliminando risco de aquisição em duplicidade, distorção da estimativa e divergências na pesquisa de preços. Os quantitativos foram definidos a partir de critérios técnicos e da demanda inicialmente projetada para o novo serviço, sem histórico consolidado de consumo, e a estimativa financeira foi formada mediante pesquisa no Banco de Preços. A modelagem também contempla julgamento individualizado dos itens, compatível com a diversidade técnica e funcional dos materiais, favorecendo a competitividade e a adequada formação dos preços.

Na seleção do fornecedor, os riscos de baixa competitividade, habilitação de empresa sem regularidade sanitária, incompatibilidade técnica dos produtos e apresentação de propostas inexequíveis foram tratados mediante exigências vinculadas às características de cada item e análise da documentação pertinente. Foram previstos controles quanto ao registro ou notificação perante a ANVISA, AFE, licença sanitária e demais documentos aplicáveis, bem como a verificação de catálogos, declarações e documentos do fabricante, admitindo-se diligências e análise pela equipe técnica da SEMUSA quando necessária à confirmação da compatibilidade entre cliques, aplicadores, trocartes, acessórios e os equipamentos existentes. A análise da proposta contempla, ainda, a exequibilidade dos preços e a correspondência entre marca, modelo, unidade de fornecimento, embalagem e quantitativo ofertados.

Na execução contratual, o risco de atraso foi tratado mediante estabelecimento de prazo de entrega de 20 dias corridos, acompanhamento pela fiscalização e adoção de notificações e das medidas administrativas cabíveis diante de mora injustificada. No recebimento, serão verificadas as especificações técnicas, integridade das embalagens, esterilidade quando aplicável, lote, prazo de validade, regularidade sanitária e correspondência dos produtos com aqueles efetivamente ofertados, possibilitando a realização de testes em amostras ou unidades quando necessária à confirmação da qualidade, do funcionamento e da compatibilidade técnica dos instrumentais.

Os produtos que apresentarem incompatibilidade, defeito, avaria, inadequação ou divergência em relação às especificações poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, com obrigação de reparação ou substituição às expensas da Contratada e sem ônus para a Administração. O processo contempla acompanhamento das obrigações de garantia e dos respectivos prazos de solução, ficando os custos de retirada, transporte, envio, manutenção, reinstalação ou substituição sob responsabilidade da fornecedora. O recebimento definitivo permanece condicionado à verificação da

qualidade e da quantidade dos materiais, e o pagamento somente será processado após o aceite e a certificação da documentação fiscal, além da comprovação da manutenção das condições de regularidade exigidas.

As medidas incorporadas ao processo permitem prevenir e corrigir tempestivamente falhas relacionadas à seleção do fornecedor, regularidade sanitária, compatibilidade funcional, formação dos preços, unidade de fornecimento, atraso na entrega, integridade dos materiais, garantia, recebimento e fiscalização, reduzindo o risco de interrupção dos procedimentos e de utilização de produtos inadequados. Dessa forma, o tratamento dos riscos confere maior segurança jurídica, eficiência administrativa, segurança assistencial e proteção ao interesse público.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos três pilares das compras públicas conforme o artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que a CONTRATADA observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvidas no objeto da presente contratação, contidas nas legislações correlatas.

As partes contratantes elegem o foro de Jaru/RO como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jaru/RO, 16 de agosto de 2026.

JAINE CORDEIRO BARBOZA
Secretária Municipal de Saúde

Elaborado por:
WALACE DEIVID ALVES ARCELINO
Assessor (a) de expediente de compras

**APÊNDICE DO ANEXO I
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU****Estudo Técnico Preliminar 242/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 6-10773/2026

2. Descrição da necessidade

A contratação decorre da necessidade de estruturar e viabilizar o funcionamento do serviço de cirurgias por videolaparoscopia no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a disponibilização dos instrumentos, acessórios e materiais cirúrgicos indispensáveis à realização dos procedimentos. A unidade hospitalar já dispõe de torre de videocirurgia, porém a utilização plena desse equipamento depende da aquisição dos instrumentais e insumos específicos necessários à preparação, execução e conclusão segura dos instrumentais e insumos e à preparação, execução e conclusão segura das intervenções cirúrgicas.

A ausência desses materiais impede ou limita a operacionalização do serviço, ocasionando a ociosidade dos equipamentos existentes e comprometendo a ampliação da capacidade cirúrgica municipal. Essa situação pode manter a dependência de encaminhamentos para outras unidades de saúde, aumentar o tempo de espera dos pacientes e dificultar o atendimento oportuno das demandas cirúrgicas da população usuária do Sistema Único de Saúde.

A implantação do serviço permitirá a realização de procedimentos minimamente invasivos, os quais, quando clinicamente indicados, podem proporcionar menor trauma cirúrgico, redução do tempo de internação, recuperação mais rápida, menor risco de infecções e complicações pós-operatórias, além de melhor aproveitamento dos leitos hospitalares e dos recursos assistenciais disponíveis.

Também se faz necessária a aquisição de materiais tecnicamente adequados, resistentes aos processos de limpeza, desinfecção e esterilização hospitalar e, nos casos aplicáveis, compatíveis com os equipamentos e aplicadores utilizados pela unidade. A compatibilidade entre cliques, clipadoras e demais componentes constitui requisito essencial para assegurar o correto carregamento, posicionamento, fechamento e liberação durante o procedimento, reduzindo riscos de falhas operacionais e preservando a segurança do paciente.

Como se trata de serviço ainda em fase de implantação, não há histórico consolidado de consumo que permita prever com exatidão todas as demandas futuras. Por essa razão, a contratação por Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada para atender às necessidades durante o período de 12 meses, possibilitando aquisições parceladas conforme o início das atividades, a quantidade de procedimentos realizados e o consumo efetivamente verificado.

Dessa forma, a contratação busca garantir as condições materiais necessárias para o início e a continuidade do serviço de cirurgia por vídeo, ampliar o acesso da população a procedimentos cirúrgicos especializados, melhorar a qualidade da assistência hospitalar e assegurar maior eficiência na utilização da infraestrutura e dos recursos públicos já disponibilizados ao Município.

3. Área requisitante

Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA

JAINE CORDEIRO BARBOZA

Área Requisitante**Responsável**

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá contemplar o fornecimento de instrumentos, acessórios e materiais cirúrgicos novos, sem uso anterior, adequados à implantação e ao funcionamento do serviço de videolaparoscopia da Secretaria Municipal de Saúde, observadas integralmente as especificações técnicas, os quantitativos e as unidades de fornecimento definidos no Termo de Referência.

Os produtos deverão apresentar qualidade, resistência, durabilidade e desempenho compatíveis com o uso hospitalar. Os instrumentais reutilizáveis deverão ser confeccionados em materiais resistentes aos processos de limpeza, desinfecção e esterilização, inclusive autoclavagem, quando aplicável, sem perda de funcionalidade, deformação, corrosão ou comprometimento de sua segurança.

Os itens destinados à videolaparoscopia deverão ser compatíveis com os equipamentos existentes na unidade somente quando essa compatibilidade for tecnicamente necessária. A exigência de compatibilidade com a Torre de Videocirurgia Mindray deverá ser vinculada individualmente aos itens que dependam de integração, conexão ou acoplamento com o equipamento, evitando sua aplicação genérica aos demais produtos.

Os cliques cirúrgicos e seus respectivos aplicadores deverão constituir sistemas tecnicamente compatíveis. A compatibilidade deverá assegurar o correto carregamento, posicionamento, fechamento, travamento e liberação dos cliques durante o procedimento, devendo ser comprovada por catálogo, ficha técnica, declaração ou outro documento emitido pelo fabricante.

As unidades de fornecimento deverão estar claramente definidas, especialmente quanto aos cliques apresentados em blister, cartucho ou caixa. A proposta, a entrega, o faturamento e o pagamento deverão observar exatamente o conteúdo correspondente a cada unidade estabelecida, evitando divergências entre o quantitativo solicitado e a quantidade efetivamente fornecida.

Os materiais sujeitos ao controle sanitário deverão possuir registro, notificação, cadastramento ou regularização vigente perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, admitida a comprovação de isenção quando aplicável. Também deverão ser apresentados, nos casos legalmente exigidos, a Autorização de Funcionamento da Empresa, a licença sanitária e os demais documentos necessários à comercialização dos produtos.

Os materiais estéreis e descartáveis deverão ser entregues em embalagens originais, individualizadas ou conforme apresentação comercial prevista, íntegras e invioladas, contendo identificação do fabricante, marca, lote, data de fabricação, prazo de validade, registro sanitário e demais informações obrigatórias. A validade remanescente mínima deverá ser definida no Termo de Referência, de modo a permitir o armazenamento e o consumo regular pela unidade.

Os instrumentais reutilizáveis deverão possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, contada do recebimento definitivo. Durante a garantia, caberá à contratada reparar ou substituir, sem custos adicionais, os produtos que apresentarem falhas, vícios ou desempenho incompatível com as especificações.

O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme as Ordens de Fornecimento emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços. Os produtos deverão ser entregues no local indicado pela Administração, no prazo máximo estabelecido, ficando a contratada responsável pelas despesas de transporte, carga, descarga, seguros, tributos e demais encargos relacionados à entrega.

Os produtos entregues serão submetidos à conferência quantitativa, documental e técnica. Os materiais em desacordo com as especificações, com embalagem danificada, validade insuficiente, ausência de regularização sanitária ou incompatibilidade comprovada deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus para a Administração.

5. Levantamento de Mercado

Para atendimento da necessidade, foram consideradas as alternativas de aquisição dos materiais e instrumentais cirúrgicos, locação de conjuntos reutilizáveis, terceirização integral dos procedimentos de videolaparoscopia e manutenção da situação atual, sem implantação do serviço.

A manutenção da situação atual não se mostra adequada, pois impediria o aproveitamento da torre de videocirurgia já disponível, manteria a limitação da capacidade cirúrgica municipal e poderia ampliar a necessidade de encaminhamento de pacientes para outras unidades de saúde.

A terceirização integral dos procedimentos também não se apresenta como a solução mais vantajosa, considerando que a unidade dispõe de infraestrutura e equipamentos próprios, necessitando principalmente dos instrumentais, acessórios e materiais de consumo indispensáveis à operacionalização do serviço.

A locação poderia ser considerada para determinados equipamentos de elevado valor e uso eventual, mas não se mostra apropriada para clipes, capas, pinças de biópsia e outros materiais descartáveis ou de consumo. Quanto aos instrumentais reutilizáveis, a aquisição permitirá sua incorporação ao patrimônio, utilização contínua, processamento pela unidade e melhor aproveitamento ao longo da vida útil.

O mercado dispõe de fabricantes, importadores e distribuidores especializados em materiais médico-hospitalares e instrumentais cirúrgicos, com produtos de diferentes marcas e modelos regularizados perante a Anvisa. A eventual indicação de marca deverá possuir caráter exclusivamente referencial, admitindo-se produtos equivalentes que atendam às especificações e comprovem a compatibilidade técnica exigida.

Considerando a diversidade dos itens e a existência de fornecedores especializados em segmentos distintos, a contratação por item mostra-se mais adequada do que o agrupamento amplo em lotes, pois amplia a competitividade e permite a participação de empresas que não comercializam todos os produtos relacionados.

Para os clipes e respectivos aplicadores, a adjudicação individual deverá preservar a exigência de compatibilidade funcional entre os componentes, mediante documentação técnica do fabricante, sem impor que todos os demais materiais sejam fornecidos pela mesma empresa.

Dessa forma, a solução mais adequada consiste na aquisição dos instrumentos, acessórios e materiais cirúrgicos por meio de Sistema de Registro de Preços, com julgamento por item e fornecimento parcelado durante 12 meses, conforme a demanda efetiva da Secretaria Municipal de Saúde.

6. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na realização de procedimento licitatório, por meio do Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de instrumentos, acessórios e materiais cirúrgicos destinados à implantação e ao funcionamento do serviço de cirurgias por videolaparoscopia da Secretaria Municipal de Saúde, com fornecimento parcelado pelo período de 12 meses, conforme a demanda efetivamente apresentada pela unidade hospitalar.

A contratação abrangerá instrumentais cirúrgicos reutilizáveis, materiais descartáveis, clipes de polímero e de titânio, respectivos aplicadores, pinças, trocartes, cabos, eletrodos, estojos, componentes de reposição e demais produtos necessários à preparação, execução e conclusão segura dos procedimentos cirúrgicos.

Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, adequados ao ambiente hospitalar e, quando sujeitos ao controle sanitário, devidamente regularizados perante a Anvisa. Os instrumentais reutilizáveis deverão apresentar resistência aos

processos de limpeza, desinfecção e esterilização, enquanto os produtos estéreis e descartáveis deverão ser entregues em embalagens originais, íntegras e identificadas, com prazo de validade compatível com o consumo previsto.

Nos casos em que houver dependência funcional, os materiais deverão possuir compatibilidade comprovada com os equipamentos existentes na unidade. Os cliques e seus respectivos aplicadores deverão constituir sistemas tecnicamente compatíveis, assegurando o correto carregamento, posicionamento, fechamento, travamento e liberação durante os procedimentos. A compatibilidade com a Torre de Videocirurgia Mindray deverá ser exigida apenas para os itens que efetivamente necessitem de integração, acoplamento ou conexão com o equipamento.

A seleção dos fornecedores deverá ocorrer preferencialmente por item, considerando a diversidade dos produtos e a existência de empresas especializadas em diferentes segmentos do mercado médico-hospitalar. Essa forma de julgamento permitirá ampliar a competitividade, sem afastar a exigência de compatibilidade entre os componentes que funcionem de maneira integrada.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, mediante emissão de Ordem de Fornecimento ou documento equivalente, não havendo obrigação de aquisição integral dos quantitativos registrados. A contratada será responsável pelo transporte, acondicionamento, carga, descarga e entrega dos produtos no local indicado pela Administração, sem custos equivalente, não havendo obrigação de aquisição integral dos quantitativos registrados. A contratada será responsável pelo transporte, acondicionamento, carga, descarga e entrega dos produtos no local indicado pela Administração, sem custos adicionais.

Os materiais entregues serão submetidos à conferência quantitativa, documental e técnica, verificando-se a conformidade com as especificações, a integridade das embalagens, a validade, a regularização sanitária e a compatibilidade funcional, quando aplicável. Os itens que apresentarem vícios, defeitos ou desconformidades deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus para a Administração.

Durante o ciclo de vida da solução, os instrumentais reutilizáveis serão incorporados ao patrimônio ou ao controle da unidade, submetidos aos procedimentos de limpeza, esterilização, conservação e manutenção. Os materiais descartáveis deverão ser utilizados e destinados conforme as normas sanitárias e de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

Com a implementação da solução, pretende-se viabilizar o pleno funcionamento da torre de videocirurgia, ampliar a oferta de procedimentos minimamente invasivos, reduzir a necessidade de encaminhamento de pacientes para outras unidades e assegurar maior eficiência, segurança e continuidade na prestação dos serviços públicos de saúde.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos foram definidos com base na necessidade inicial de implantação e funcionamento do serviço de cirurgias por videolaparoscopia, considerando a estrutura disponível, a capacidade operacional da equipe, a estimativa de procedimentos e a necessidade de manter reserva mínima de instrumentais e materiais para assegurar a continuidade da assistência.

Como se trata de serviço ainda não implantado, não há histórico de consumo que permita utilizar séries anteriores como referência. Dessa forma, a estimativa foi elaborada mediante avaliação técnica da unidade requisitante, contemplando instrumentais reutilizáveis, materiais descartáveis, cliques, aplicadores, pinças, trocartes, cabos, acessórios e demais itens necessários à realização dos procedimentos.

Para os instrumentais reutilizáveis, foram consideradas a quantidade necessária para composição dos conjuntos cirúrgicos, a rotatividade entre procedimentos, o período de processamento e esterilização e a necessidade de

substituição temporária em caso de manutenção. Para os materiais de consumo e descartáveis, foram considerados o número estimado de procedimentos e o consumo médio previsto por cirurgia.

Os quantitativos registrados representam limites máximos estimados para o período de 12 meses, não gerando obrigação de aquisição integral pela Administração. As solicitações serão realizadas de forma parcelada, conforme a demanda efetiva e a disponibilidade orçamentária.

Após o início do serviço, recomenda-se manter controle individualizado do consumo, permitindo a formação de histórico e o aperfeiçoamento das estimativas nas contratações futuras.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.223.859,80

De acordo com cotações realizadas pelo Departamento de Gestão de Preços, o valor total estimado da aquisição é de R\$ 5.223.859,80 (Cinco milhões, duzentos e vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação será parcelada, com julgamento e adjudicação por item, considerando que o objeto é composto por instrumentos, acessórios e materiais cirúrgicos distintos, com características técnicas, aplicações e apresentações comerciais próprias.

A contratação por item possibilita a participação de maior número de fornecedores, inclusive empresas especializadas em determinados produtos, evitando que a capacidade de fornecer todos os materiais seja imposta como condição para participação no certame.

O parcelamento também favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para cada item, amplia a competitividade e reduz o risco de itens desertos ou fracassados em razão do agrupamento de produtos de naturezas diferentes.

Nos casos de produtos que funcionem de forma integrada, especialmente cliques e respectivos aplicadores, deverá ser exigida a comprovação de compatibilidade técnica e funcional, de modo a garantir a segurança e o adequado desempenho durante os procedimentos cirúrgicos.

Dessa forma, o julgamento por item mostra-se técnica e economicamente adequado, sem prejuízo das exigências sanitárias, de qualidade e de compatibilidade aplicáveis a cada produto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação possui correlação direta com a aquisição e a disponibilização da Torre de Videocirurgia Mindray existente na unidade hospitalar, uma vez que parte dos instrumentos e acessórios será utilizada na implantação e no funcionamento do serviço de cirurgias por videolaparoscopia.

Também são correlatas as contratações destinadas ao fornecimento de materiais médico-hospitalares, produtos para limpeza e esterilização, manutenção dos equipamentos de videocirurgia e gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

Não foram identificadas contratações interdependentes que impeçam o prosseguimento autônomo da aquisição, considerando que a unidade já dispõe da torre de videocirurgia e da estrutura hospitalar necessária. Contudo, o início efetivo dos procedimentos dependerá da disponibilidade dos equipamentos em condições de funcionamento, dos profissionais habilitados e dos recursos necessários ao processamento e à esterilização dos instrumentais reutilizáveis.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada ao planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente à implantação do serviço de cirurgias por videolaparoscopia e à necessidade de assegurar o pleno aproveitamento da torre de videocirurgia e da estrutura hospitalar já disponíveis.

A aquisição dos instrumentos, acessórios e materiais cirúrgicos permitirá ampliar a capacidade assistencial da unidade, reduzir a necessidade de encaminhamento de pacientes para outros estabelecimentos e melhorar a eficiência na utilização dos equipamentos, leitos e demais recursos públicos.

A adoção do Sistema de Registro de Preços, com vigência estimada de 12 meses e julgamento por item, está compatível com o caráter futuro e variável da demanda, possibilitando aquisições parceladas conforme o início do serviço, o consumo efetivo e a disponibilidade orçamentária.

Recomenda-se, ainda, confirmar a inclusão da contratação no Plano de Contratações Anual e manter sua compatibilidade com o planejamento orçamentário e assistencial da Secretaria Municipal de Saúde.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação permitirá viabilizar a implantação e o funcionamento do serviço de cirurgias por videolaparoscopia, assegurando a disponibilidade dos instrumentos, acessórios e materiais necessários à utilização adequada da torre de videocirurgia existente na unidade hospitalar.

Espera-se ampliar a capacidade assistencial da Secretaria Municipal de Saúde, possibilitando a realização de procedimentos cirúrgicos minimamente invasivos e reduzindo a necessidade de encaminhamento de pacientes para outras unidades.

A utilização da técnica videolaparoscópica poderá proporcionar menor trauma cirúrgico, redução do tempo de internação, recuperação mais rápida dos pacientes e diminuição do risco de infecções e complicações pós-operatórias.

A contratação também contribuirá para o melhor aproveitamento dos equipamentos, leitos, equipes e demais recursos hospitalares já disponíveis, evitando a ociosidade da infraestrutura instalada e promovendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

O julgamento por item favorecerá a ampliação da competitividade e a obtenção de preços mais vantajosos, permitindo a participação de fornecedores especializados em diferentes tipos de materiais e instrumentais cirúrgicos.

A adoção do Sistema de Registro de Preços possibilitará aquisições parceladas conforme a demanda efetiva, reduzindo a formação de estoques excessivos, o risco de vencimento de materiais e a realização de compras emergenciais.

Por fim, a contratação contribuirá para a melhoria da qualidade, da segurança e da continuidade da assistência cirúrgica prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde no Município.

13. Providências a serem adotadas

Recomenda-se conferir o quantitativo do item 20 – clipador medium-large para videocirurgia, registrado com 1.000 unidades, enquanto os demais clipadores apresentam quantitativos de aproximadamente 10 unidades. Esse item gerou estimativa de R\$ 3.225.460,00, influenciando significativamente o valor total da contratação.

Recomenda-se verificar possível sobreposição entre o item 11, referente ao clipe de titânio LT300, e o item 17, também descrito como clipe de titânio LT300 com seis cliques, esclarecendo tecnicamente se são produtos distintos.

Recomenda-se incluir as obrigações da contratante e da contratada, definindo responsabilidades quanto ao fornecimento, entrega, recebimento, fiscalização, pagamento, garantia e substituição dos produtos.

Recomenda-se inserir justificativa específica para a licitação por item, demonstrando que os materiais possuem naturezas e fornecedores distintos e que essa divisão amplia a competitividade e favorece a obtenção de melhores preços.

Recomenda-se avaliar a necessidade de qualificação técnica conforme a complexidade de cada item, evitando exigências excessivas ou desnecessárias que possam restringir a competitividade ou dificultar o andamento do processo licitatório.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição e a utilização dos instrumentos e materiais cirúrgicos poderão gerar impactos ambientais relacionados ao consumo de matérias-primas, à fabricação e ao transporte dos produtos, bem como à geração de embalagens, materiais plásticos, componentes metálicos e resíduos provenientes dos procedimentos hospitalares.

Os produtos descartáveis, após a utilização, poderão ser classificados como resíduos de serviços de saúde, especialmente quando contaminados com sangue ou fluidos biológicos, devendo ser segregados, acondicionados, armazenados, transportados, tratados e destinados conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde e a legislação aplicável.

Os instrumentais reutilizáveis também poderão produzir impactos decorrentes do consumo de água, energia elétrica, detergentes, desinfetantes e outros produtos empregados nos processos de limpeza, desinfecção e esterilização.

Para reduzir esses impactos, deverão ser priorizados produtos resistentes, duráveis e compatíveis com os ciclos de esterilização, evitando substituições prematuras, perdas e descartes desnecessários. Os materiais deverão ser solicitados de forma parcelada, conforme a demanda efetiva, reduzindo o risco de vencimento, deterioração ou formação excessiva de estoque.

As embalagens deverão ser separadas e destinadas à reciclagem sempre que não estiverem contaminadas e houver viabilidade operacional. Os resíduos contaminados ou perfurocortantes deverão receber destinação específica, sendo vedado seu descarte juntamente com os resíduos comuns.

A contratada deverá observar práticas adequadas de acondicionamento e transporte, de modo a preservar a integridade dos produtos e evitar avarias, devoluções e geração desnecessária de resíduos. Dessa forma, busca-se conciliar a segurança assistencial com o uso racional dos recursos e a redução dos impactos ambientais decorrentes da contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

Declara-se viável, com restrições, o prosseguimento da presente contratação, considerando que a solução proposta se mostra adequada ao atendimento da necessidade administrativa identificada.

O prosseguimento fica condicionado ao saneamento das providências apontadas na fase preparatória, especialmente quanto à consolidação das informações, adequação dos documentos e definição clara das condições de execução.

Saneadas as pendências, declara-se viável o prosseguimento da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

NICOLAS NISSOLA DIAS
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 136/PMJ/2026
Modelo de Proposta Comercial
(Em Papel Timbrado da Empresa)

Nome de Fantasia:						
Razão Social:						
CNPJ:						
Bairro:						
Endereço:						
Município:		CEP:				
Estado						
Representante:		CPF:				
Telefone:		E-mail:				
Banco:		Agência:		Conta-corrente:		
Optante pelo SIMPLES: () SIM () NÃO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	SUB-TOTAL
1)					R\$	R\$

Valor total da proposta: R\$ xx (xx reais).

OBSERVAÇÃO: A PROPOSTA DEVERÁ CONTER AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME AS CONSTATE NO TERMO DEREFERÊNCIA.

DECLARAMOS que estão inclusas no valor da proposta todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

Prazo de validade da proposta: 90 (Noventa dias contados da sua abertura mínimo).

Prazo de entrega (execução): xx (xx) dias, contados do efetivo recebimento da ordem de fornecimento.

Condições de pagamentos: conforme edital e seus anexos.

Forma de entrega: Terrestre.

Local de entrega: CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA REQUISITANTE, conforme Termo de Referência.

Garantia Legal: Conforme art. 24, do CDC.

Outras Garantias: Conforme Contrato.

Local e data: de de 2026.

Assinatura do Representante Legal
CARIMBO CNPJ



**ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº136/PMJ/2026
PROCESSO Nº 10773/PMJ/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /PMJ/2026**

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, sediada à Rua Raimundo Catanhede, nº 1080 – Setor 02, neste ato representado pelo (a) Assessor (a) Técnico (a) de Registro de Preço, Sr.(a) e as empresas qualificadas no Anexo Único desta Ata, resolvem **Registrar de Preços para Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS CIRÚRGICOS, INCLUINDO PRODUTOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE VIDEOLAPAROSCOPIA E DEMAIS PROCEDIMENTOS ASSISTENCIAIS CORRELATOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, por um período de 12 (doze) meses, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 14.926/2023 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços visando a futura e eventual AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS CIRÚRGICOS, INCLUINDO PRODUTOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE VIDEOLAPAROSCOPIA E DEMAIS PROCEDIMENTOS ASSISTENCIAIS CORRELATOS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência (ANEXO I do edital).

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no **(ANEXO I)** deste instrumento.

3. ORGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA elaborado pelas Secretarias solicitantes, partes integrantes do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº136/PMJ/2026**.

4. DA ADESÃO E RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 14.926/GP/2023, no Art. 32 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

4.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 31 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 31 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.7. A adesão à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

4.7.1. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

4.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

4.2. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.2.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

4.3. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA HABILITAÇÃO

4.3.1. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

5. DA VIGÊNCIA DA ATA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

5.1.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

5.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 14.926/23, assinar a ata de registro de preços.

5.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

5.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

5.5. As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.

6. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

6.1.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido.

6.1.2. Realinhamento de Preços, conforme art. 25, do Decreto Municipal nº 14.926/2023 observadas às disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21

6.1.3. Preços poderão ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

6.1.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

6.1.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, e outros, no que couber.

6.1.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

6.1.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do

registro.

6.1.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jarú, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

6.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.2. Caso o sistema de registro de preços seja utilizado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, deverá observar a seguinte condição:

I - atualização periódica dos preços registrados.

6.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.3.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

6.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.4.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4.2. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.4.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4.4. Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. DO PRAZO

7.1.1. Fornecimento/entrega deverá ser efetuado no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, para empresas locais dentro do município de Jaru/RO, dentro do Estado de Rondônia e para empresas fora do estado na totalidade do objeto contratado, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho ou Instrumento de Contrato, se for o caso.

7.2. LOCAL DE ENTREGA

7.2.1. O fornecimento deverá ser feito no **Almoxarifado Central da Prefeitura de Jaru**, localizado na Rua Antelino Costa Fraga (linha 605) - Nº 2283, Centro de Convenções (Antigo Teatro) - Setor 10 (Jardim do Estados), Atrás do Posto Rigotti. CEP.: 76890-000 Jaru/RO. Fone: (69) 3521 4730, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, respeitando sempre o período de almoço das 11h30min às 13h30min, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento. Telefone para contato (69) 3521-4730.

7.3. DO RECEBIMENTO

7.3.1. Os produtos serão recebidos **provisoriamente no ato da entrega**, pelo servidor responsável ou por pessoa formalmente designada, juntamente com a Nota Fiscal e os documentos aplicáveis, para conferência inicial das quantidades, unidades de fornecimento, embalagens, identificação e integridade aparente.

7.3.2. Após o recebimento provisório, serão verificadas as especificações técnicas, qualidade, esterilidade quando aplicável, validade, documentação sanitária, compatibilidade, condições de conservação e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

7.3.3. Durante o recebimento provisório, a equipe técnica da SEMUSA realizará teste prático de compatibilidade e travamento entre os cliques de polímero (itens 1 a 4) e os aplicadores (itens 5 a 8) entregues, independentemente de terem sido fornecidos por empresas distintas. Conforme já estipulado no Termo de Referência, caso seja constatada qualquer incompatibilidade, folga, falha de travamento ou risco à segurança do procedimento cirúrgico, os produtos serão liminarmente rejeitados, devendo ser substituídos pela Contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de sanções administrativas.

7.3.4. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, mediante confirmação de que os materiais atendem integralmente às condições da contratação.

7.3.5. Os produtos poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, quando apresentarem avaria, violação da embalagem, perda de esterilidade, validade inadequada, divergência de quantidade ou apresentação, incompatibilidade, irregularidade sanitária ou qualquer desconformidade com o Termo de Referência ou com a proposta aceita.

7.3.6. Os produtos rejeitados deverão ser retirados e substituídos pela Contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da notificação, sem qualquer ônus para a Administração.

7.3.7. Quando houver necessidade de diligência, teste de compatibilidade ou conferência de documentação indispensável, o prazo para o recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada.

7.3.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da Contratada por vícios aparentes ou ocultos, defeitos, perda de esterilidade, incompatibilidade, qualidade, segurança ou demais obrigações legalmente aplicáveis.

7.4. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

7.4.1. Os produtos deverão ser novos, sem uso anterior, estar em perfeitas condições de conservação e atender integralmente às especificações técnicas, características, dimensões, materiais, funcionalidades e demais requisitos estabelecidos para cada item neste Termo de Referência.

7.4.2. Os materiais estéreis deverão ser fornecidos em embalagem original, íntegra, inviolada e adequada à manutenção da esterilidade, contendo, quando aplicável, identificação do produto, fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela regulamentação sanitária.

7.4.3. Os produtos sujeitos a prazo de validade deverão possuir, **na data da entrega, validade remanescente mínima de 12 (doze) meses**. Quando o prazo total de validade estabelecido pelo fabricante for inferior a 12 (doze) meses, o produto deverá possuir, no mínimo, **75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total remanescente**, contado da data da entrega.

7.4.4. Os instrumentais reutilizáveis deverão ser confeccionados em material compatível com sua finalidade cirúrgica e com os processos de limpeza, desinfecção e esterilização indicados pelo fabricante, especialmente quando prevista a autoclavagem, devendo manter suas características funcionais, estruturais e de segurança após o processamento adequado.

7.4.5. Os acessórios, aplicadores, cliques, cabos, anéis de vedação e demais componentes destinados à utilização conjunta deverão apresentar **compatibilidade técnica e funcional entre si e com os equipamentos ou instrumentais aos quais se destinam**, de modo a assegurar seu adequado encaixe, funcionamento e utilização segura durante os procedimentos.

7.4.6. Não serão aceitos produtos usados, recondicionados, remanufaturados, com embalagens violadas, avariados, com sinais de deterioração, corrosão, deformação, perda de esterilidade ou qualquer condição que comprometa sua qualidade, segurança ou utilização.

7.4.7. Os produtos entregues em desacordo com as especificações, com irregularidade sanitária, prazo de validade inferior ao exigido, incompatibilidade técnica ou qualquer outra desconformidade deverão ser retirados e substituídos pela Contratada, sem qualquer ônus para a Administração, observados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

7.5. DA FISCALIZAÇÃO

7.5.1. A fiscalização do recebimento do(s) material(is) adquirido(s) ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competendo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

7.5.2. A Comissão de Recebimento, Fiscal do Contrato ou o Responsável pelo Almoxarifado procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

7.5.3. A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

7.5.4. Registre-se que a verificação da correspondência técnica e da compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações do Termo de Referência compete à unidade técnica da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA), que será responsável por atestar a regularidade sanitária, características, marca, modelo, unidade de fornecimento e a perfeita compatibilidade dos materiais e acessórios com a torre de vídeo cirúrgica disponível na unidade.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração, conforme estatui o art. 3º, **inciso V**, do Decreto Municipal nº 14.926/2023.

8.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

8.3. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do art. 15 do decreto municipal nº 14.926/2023;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e

III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes situações:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

II - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29.

§ 4º O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.4. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

9. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Jaru, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133**, de 2021, e no decreto municipal nº 14.926/2023.

9.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

9.3. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

9.4. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

9.4. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 19, e observado o disposto no § 3º do art. 18, do Decreto Municipal nº 14.926/23, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR SECRETARIA

10.1. Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da aquisição do objeto, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES

11.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência pela falta do subitem 11.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 11.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

11.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.11. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

12. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

- 12.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- 12.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;
- 12.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;
- 12.4. Efetuar o pagamento à (s) contratada (s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;
- 12.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
- 12.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

13. DO CADASTRO RESERVA

13.1. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos no § 2º, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto Municipal nº 14.926.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

14.3. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

14.4. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 14.926, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição**.

14.5. Os órgãos, as entidades, os dirigentes e os servidores que utilizarem o SRP digital responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações constantes do SRP digital, e o protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

Gerência Sistema de Registro de Preços.

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

(Representante / Nome / CNPJ)
Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

ANEXO IV
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº136/PMJ/2026
TERMO DE COMPROMISSO
(Em Papel Timbrado da Empresa)

AO

PREGOEIRO (a) e EQUIPE DE APOIO,

Pelo presente, a empresa **x (razão social) x**, inscrita no CNPJ/MF nº **x (nº) x**, com sede administrativa na **x (endereço completo) x**, neste ato representado por **x (nome completo) x**, CPF nº **x (nº) x**, propomo-nos a entregar/executar o **x (objeto resumido) x** de que trata o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº136/PMJ/2026**, pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇOS, e de acordo com os Quantitativos especificados no Edital e seus Anexos.

DECLARAMOS, sob as penas da LEI:

FATO SUPERVENIENTE

a) Que até a presente data, não existe **FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS** para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

ACEITAÇÃO DO EDITAL

b) Que examinamos o Edital e seus Anexos e **ACEITAMOS** todas as condições e exigências, em todas as fases da licitação.

FIRMAR CONTRATOS DELA ORIUNDOS

c) Que concordamos em **FIRMAR CONTRATOS** dela oriundos do objeto da licitação pelo (s) preços ofertados mantendotodas as condições.

EMPREGABILIDADE DE MENOR

d) Que não utilizamos em nosso funcional a mão-de-obra de **MENORES DE IDADE**, nas idades e condições elencadas no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal, em conformidade com a Lei Federal nº 9.854/99.

RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

e) Que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, conforme previsto em lei e demais normativas aplicáveis.

DA CONCESSÃO DE USO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS

f) Que a empresa concorda com a publicação de todos os documentos enviados para habilitação no portal da transparência do município, sem quaisquer tarjas, rasuras e/ou métodos que impossibilitem a verificação do conteúdo dos referidos documentos, para que seja mantida a transparência das contratações do município de Jaru/RO.

EMPREGABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO

d) Que não existe, em nosso quadro de empregados, **SERVIDORES PÚBLICOS** exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 14.133/21.

GRAU DE PARENTESCO

h) Que não possuo parentesco **consanguíneo** ou afim, **até 3º grau**, com quaisquer pessoas ligadas à PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU.

AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS

i) Que os documentos contidos na habilitação são **AUTÊNTICOS**.

ENCARGOS, TRIBUTOS E DESPESAS INERENTES AO OBJETO

j) Que todos os **ENCARGOS**, despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas estão inclusos no preço ofertado.

INVOLABILIDADE DAS EMBALAGENS E PRAZOS DE VALIDADES

k) Que as mercadorias serão entregues em **EMBALAGENS ORIGINAIS** e dentro do **PRAZO DE VALIDADE** de no mínimo **90 (noventa) dias corridos**, contados da data de entrega, se outro não estiver especificado.

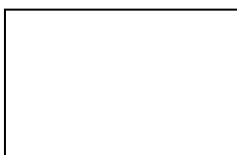
DA GARANTIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA

l) Que a empresa prestará garantia legal, no Estado de Rondônia, nos termos do Código do Consumidor, inclusive quanto à troca de produto e prestará a assistência técnica necessária e cabível ao objeto, sem custos adicionais.

Por ser expressão da verdade, firmo e assino o presente.

Local e data: de de 2026

Assinatura do Representante Legal
CARIMBO CNPJ



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP

A LICITANTE/DETENTORA DA ATA declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006.

Em, / /2026

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

**ANEXO VI
DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO**

(nome da pessoa física/jurídica) _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o n. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).

_____, portador(a) do CPF n. _____, considerando o disposto no art. 7, inciso III, art. 14 inciso IV da Lei 14.133/21.

DECLARA, para todos os efeitos legais que:

1. não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m):

a) cônjuge (s) ou companheiro (s) de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

b) cônjuge (s), companheiro (s) ou tenha parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Executivo, ou que tenham ocupado os mencionados cargos, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório.

2. está ciente da vedação:

a) da subcontratação, quando autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o ocupante de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, ou com servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles forem companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e

b) da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou diretores vinculados ao CONTRATANTE.

3. são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

Local e data: **de** **de 2026**

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)